# IORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XV — N° 2.969/207 — Brasília, 2 a 8 de março de 2009





Encarte do Jornal do Senado enfoca reação da Casa aos desdobramentos da crise internacional

# Nova comissão do Senado acompanha a crise passo a passo

Composta por cinco experientes senadores - Francisco Dornelles, Aloizio Mercadante, Tasso Jereissati, Pedro Simon e Marco

Maciel –, comissão que vai acompanhar a crise financeira e propor sugestões para enfrentála se reúne nesta terça-feira.

**ENCARTE ESPECIAL** 

### dia da mulher

### Valorização da mão-de-obra feminina ainda é desafio

Nos Estados Unidos, foi preciso uma lei, sancionada recentemente, para igualar os salários entre homens e mulheres. No Brasil, dados do Ministério do Trabalho confirmam que a diferença salarial persiste. Crise piora o quadro com mais demissões entre mulheres.

### cidadania

# às mulheres

páginas 6,7 e 16

## Leis garantem mais direitos

Mais rigor na punição a agressores de mulheres e a ampliação da licençamaternidade de quatro para seis meses foram alguns dos avanços trazidos por leis editadas nos últimos cinco anos.

## mais...

ambiente legal	4
agora é lei	5
voz do leitor	15
frases	15
pergunte ao senador	15

Impresso

Especial

CORREIOS -

## investigação

Um ano após a CPI, há mais controle sobre o uso do cartão corporativo

páginas 8 e 9

### tributação

Novo fundo regional pode compensar perdas estaduais

página 10



A manutenção dos empregos é um dos maiores desafios impostos pela turbulência financeira internacional

# Na pauta, mais crédito para construtoras

Senadores devem examinar medida provisória que visa aquecer mercado da construção civil para ajudar o país a enfrentar a crise internacional

Plenário tem

pauta. Votação

60 itens na

de MP tem

prioridade

60 itens pendentes de votação, a começar pelo projeto de lei de conversão (PLV 31/08) que dispensa a Caixa Econômica Federal de recolhimento de parte dos dividendos e juros sobre capital próprio, no período de 2008 a 2010. A medida visa facilitar o crédito para empresas de construção civil, para aquecer o mercado e contornar os efeitos da crise internacional. O PLV tranca a pauta e deve ser

votado antes de qualquer outro. O projeto altera a medida provi-

sória (MP 445/08) original, ao obrigar a Caixa a divulgar o total das operações de empréstimos na internet e encaminhar relatório semestral ao Congresso Nacional.

Também cons-

tam da pauta duas propostas de a quarta-feira e o Domingo de emenda à Constituição que acabam com o voto secreto para decisão sobre perda de mandato (PECs 38/04 e 86/07) e outra que institui voto aberto para todas as votações do Congresso (PEC 50/06).

Dois requerimentos devem ser votados antes da ordem do dia. Um, do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), solicita ao Tribunal de Contas da União (TCU) a realização de auditoria sobre operação de compra, pelo HSBC Bank do Brasil S.A, de carteira de financiamento do Banco Nacional de Desenvol-

pauta do Plenário tem vimento Econômico e Social (BN-DES) e de sua Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame), administrada pelo antigo Bamerindus. Outro, de Raimundo Colombo (DEM-SC), solicita ao TCU informações sobre auditorias feitas em obras em Santa Catarina a partir de 2003.

#### Projeto da Câmara fixa feriados forenses

Outro item é o projeto de lei da Câmara (PLC 6/07) que determina, para efeitos forenses, além dos domingos e feriados, a suspensão

> de todos os prazos, audiências e quaisquer outras intercorrências processuais entre 20 de dezembro e 6 de janeiro. A proposta mantém como feriados para a Justiça Federal os dias da Semana Santa (entre

Páscoa); a segunda e a terça-feira de Carnaval; e os dias 11 de agosto, 1º e 2 de novembro, acrescentando mais um feriado - no dia 8 de dezembro.

Poderão ainda ser votadas as PECs 5/05 – que permite a brasileiros residentes no exterior eleger deputados federais – e 29/03 – que institui indicadores de responsabilidade social. Outra PEC (48/03) prorroga, de 25 para 30 anos, até 2019, o prazo para aplicação de recursos em irrigação nas regiões Centro-Oeste e Nordeste.

## CPI da Pedofilia visitará o Pará, o Amazonas e a sede do Google

19 requerimentos para realizar diligências, convocar investigados, convidar testemunhas e participar em eventos.

O presidente da CPI, senador Magno Malta (PR-ES), anunciou que, após a coleta de depoimentos no Pará, a comissão visitará, em 30 de março, o Departamento de Segurança dos Estados Unidos e a sede da empresa Google.

A colegiado irá a Manaus e Coari (AM), entre 20 e 22 de abril, para acompanhar investigações sobre exploração sexual de menores. Magno adiantou que a CPI também irá à Paraíba nos próximos meses.

Foram convocados representantes de operadores e administradores de cartões de crédito para prestar esclarecimentos sobre mecanismos de controle

A CPI da Pedofilia aprovou do uso de cartões de crédito no comércio de pornografia infantil. Também foram convocados João Carlos Vasconcelos Carepa, o deputado estadual do Pará Luiz Afonso Sefer e Edenilson Mendes Oliveira, já preso pela Polícia Federal.

> A CPI convidou para prestar informações a delegada da Divisão de Atendimento ao Adolescente da Polícia Civil do Pará, Maria do Perpétuo Socorro Barata Maciel; a coordenadora do Programa Pró-Paz (Pará), Eugênia Sandra Pereira Fonseca; a menor S.B.G., vítima de pedofilia; Sandra Maria Carreira dos Anjos; o médico Estélio Guimarães, da cidade de Mocajuba (PA); o bispo de Marajó (PA), dom Luis Azcona; o delegado da Polícia Federal Adriano Barbosa; e representantes do Brasília Alvorada Hotel.

### Comissões elegem seus presidentes nesta semana

A escolha dos presidentes das comissões temáticas do Senado será feita nesta terçafeira, paralelamente à escolha dos presidentes das comissões da Câmara dos Deputados. O anúncio foi feito pelo líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR).

- Vamos fazer a escolha pari passu com a Câmara, para não haver divergências entre bancada ou entre partidos disse.

Jucá negou haver impasse em relação à escolha do presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

- O que há é uma disputa, que eu espero que termine em consenso. Temos um prazo e vamos trabalhar para chegar a um acordo - afirmou.

A presidência da Comissão de Serviços de Infraestrutura está sendo disputada pelo PT e pelo PTB.



Obrigatoriedade estenderá uso do item a modelos populares, beneficiando consumidores de menor renda

# Uso obrigatório de airbag vai a sanção

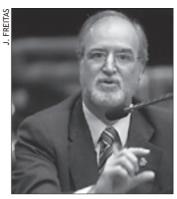
O presidente Lula deve san- Nacional de Trânsito, das escionar, nos próximos dias, o projeto do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) que torna obrigatório o uso de airbag duplo (para motorista e passageiro da frente) nos carros nacionais e importados.

O projeto foi aprovado pela Câmara em 18 de fevereiro e modifica o Código de Trânsito Brasileiro para incluir o "equipamento suplementar de retenção", conhecido como airbag, entre os itens obrigatórios de segurança. A exigência deverá ser incorporada aos novos projetos de carros fabricados ou importados um ano após a definição, pelo Conselho pecificações técnicas.

Azeredo já alertava para a obrigatoriedade do airbag, apesar das resistências dos próprios consumidores, preocupados com o aumento dos preços. Para o senador, no entanto, a tendência é que haja barateamento do item. E os ganhos em segurança "mais do que compensarão o eventual impacto inicial do custo dos equipamentos".

A obrigatoriedade se estenderá também aos carros populares, beneficiando consumidores de menor renda - atualmente, os airbags são oferecidos em modelos de luxo.

- Já está provado que o airbag duplo salva, realmente, muitas vidas - afirmou o senador.



Eduardo Azeredo celebrou aprovação do projeto na Câmara e espera que vidas sejam salvas

### Gilberto Goellner presta homenagem no aniversário da morte de Jonas Pinheiro



Jonas Pinheiro teve atuação parlamentar pragmática e inspirou mandato do seu substituto

O senador Gilberto Goellner (DEM-MT) lembrou o falecimento, há um ano, do senador Jonas Pinheiro, a quem substituiu no Senado. Entre as

qualidades de Jonas Pinheiro, Goellner destacou a simplicidade e a preocupação com os produtores rurais.

- Pragmático, não era dado a elucubrações filosóficas; antes, era na busca de resultados que definia sua atuação parlamentar. Identificava-se com a gente simples – disse o senador.

Goellner ressaltou que Jonas Pinheiro era respeitado também pelos grandes produtores agrícolas e pelas entidades de classe e era, ao mesmo tempo, "representante do povo simples" e "norteador das ações do agronegócio".

– Comprometi-me com suas causas e dessa forma prosseguirei – prometeu Goellner.

### Segunda-feira

14h - Sessão não-deliberativa

### Terça-feira

14h – Sessão deliberativa

Pauta trancada – Antes de qualquer outra deliberação, senadores analisam projeto de lei de conversão (PLV 31/08), proveniente da MP 445/08, que dispensou a Caixa Econômica Federal de recolher parte dos dividendos e dos juros sobre capital próprio.

### Quarta-feira

14h - Sessão deliberativa

### **Quinta-feira**

14h - Sessão deliberativa

### Sexta-feira

9h - Sessão não-deliberativa

# economia

# Senado discute criação de novo fundo regional

Instrumento de estímulo econômico é considerado peça importante para compensar eventuais perdas decorrentes de uma futura reforma tributária

Estudo do

governo avalia

ganharão com

que estados

a reforma

de desenvolvimento regional, que compensará parte das perdas dos estados com a reforma tributária, deve voltar à pauta do Congresso neste mês. Na Câmara, continuam as negociações em torno do relatório do deputado Sandro Mabel (PR-GO), que prevê a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR). Se aprovado, ele absorverá os fundos constitucionais e os fundos de desenvolvimento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O FNDR foi instituído no projeto que recriou a Superintendência do Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste (Sudeco), aprovado no final do ano passado.

Enquanto isso, no Senado, essa discussão será retomada

com foco no fortalecimento dos fundos atuais. Projeto da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) que autoriza o governo a instituir um banco de desenvolvimento para o Centro-Oeste, em

tramitação na Comissão de Constituição e Justiça, deve induzir o debate sobre o FNDR. Esse banco seria responsável pela gestão dos fundos para a região, o de desenvolvimento e o constitucional, o FCO, hoje sob responsabilidade do Banco do Brasil. Nas conversas mantidas pela senadora com os governadores do Centro-Oeste, não há previsão de que esses fundos venham a ser absorvidos

debate sobre a política reunir na Câmara, nesta terçafeira, para que os oposicionistas apresentem suas emendas ao texto aprovado, no final do ano passado, na comissão especial da reforma tributária.

Outro evento importante é o seminário na Confederação Nacional da Indústria (CNI), nesta terça e quarta-feiras, com especialistas da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), sobre reforma tributária em outros países. Participam da abertura, às 14h da terça, os presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, Michel Temer, além dos ministros da Fazenda e do Desenvolvimento.

O impacto da reforma tributária no caixa dos estados implicará uma avaliação do novo desenho da política de desenvolvimento

> regional. Na reunião de 18 de fevereiro, foi apresentado estudo do Ministério da Fazenda mostrando que, sem as medidas compensatórias e o efeito do crescimento econômico sobre as receitas tributá-

rias, os estados perderiam R\$ 6,9 bilhões (em valores de 2008) no último ano de transição para o novo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), possivelmente em 2021

No entanto, o mesmo estudo pretende evidenciar que, no cômputo geral, haverá maiores ganhos para os estados com a reforma. Pelos cálculos da Fazenda, o fim da guerra fiscal deve propiciar R\$ 15 bilhões Na agenda da semana, os aos cofres estaduais em 2021. A crescimento econômico de 5% ao



econômica na região. Proposta prevê manutenção dos atuais fundos regionais

Canbac nava ac cofues estaduais

	- Gannos para os cotre	
	Gaillios para os conv	(em R\$ bilhões de 2008)
	Fim da Guerra Fiscal	FNDR (parcela FDE)*
2010		1,9
2011	0,6	2,8
2012	1,3	3,8
2013	1,3	4,7
2014	1,9	4,7
2015	2,5	4,7
2016	3,8	4,7
2017	5,0	4,7
2018	6,9	4,7
2019	10,0	4,7
2020	11,3	4,7
2021	15,0	4,7

\* repasses para os fundos de desenvolvimento dos estados

Impac	to total da refor	ma tributária	
	Ollido	Estados	
2010	1,3	3,1	
2011	-4,8	6,8	
2012	-6,8	9,5	
2013	-10,1	11,7	
2014	-8,4	13,4	
2015	-9,5	15,6	
2016	-10,5	18,4	
2017	-7,4	21,2	
2018	-3,9	25,8	
2019	-2,4	30,4	
2020	-0,5	32,7	
2021	1,5	37,4	

Fonte: Ministério da Fazenda

### fundos estaduais deve atingir R\$ 4,7 bilhões naquele mesmo ano. As projeções gerais estimam um resultado bastante otimista. Apesar de a União perder recursos a partir do segundo ano da

reforma, os cofres federais terão uma conta positiva de R\$ 1,5 bilhão em 2021. Os estados vão acumular ganhos crescentes, alcançando R\$ 37,4 bilhões no último ano de transição do novo ICMS (veja tabelas ao lado). O FNDR, um dos instrumentos compensatórios para enfrentar os efeitos da reforma, será abastecido com parte (4,11 % atualmente)

da receita do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Essa participação subiria gradativamente até 4,8% em 2016, quando então garantiria R\$ 14,6 bilhões, segundo estimativas contidas em estudo da Consultoria do Senado sobre a proposta de emenda à Constituição apresentada pelo governo (PEC 233/08). O cálculo baseia-se no critério atual de partilha dessas receitas e não leva em conta o efeito da crise econômica (a estimativa embute líderes partidários devem se parcela repassada pelo FNDR aos ano a partir de 2010).

## Estudo defende aperfeiçoamento, não a extinção

O desenho da nova política regional deverá ser questionado no Senado. Estudo da Consultoria Legislativa da Casa analisa a proposta do governo e sugere que os fundos constitucionais deveriam ser mantidos e aperfeiçoados. O FNDR deveria cuidar somente dos recursos destinados aos investimentos em infraestrutura e aos fundos de desenvolvimento estaduais, segundo o consultor Márcio de Oliveira Júnior, autor do trabalho.

Os fundos constitucionais do Norte (FNO) e do Nordeste (FNE), instituídos por lei ordinária (7.827/89), mostraram ao longo do tempo que é mais eficaz

para os cofres públicos financiar projetos do que conceder incentivos por meio de participação acionária, como ocorria com os fundos de investimento regionais do Nordeste (Finor) e da Amazônia (Finam), suspensos em 2001 após constantes escândalos de desvios de recursos. Conforme balanço divulgado pela imprensa, com os números relativos a 2007, as empresas incentivadas deixaram de pagar ao governo R\$ 12,2 bilhões.

No entanto, os fundos constitucionais enfrentam entraves, como a falta de capilaridade. Ou seja, os bancos oficiais que atuam como agentes financeiros da política de desenvolvimento regional, como o do Nordeste (BNB) e o da Amazônia (Basa), acabam, segundo Oliveira, se apropriando dos recursos repassados pela União, sem obedecer às diretrizes das superintendências regionais e do Ministério da Integração Nacional.

Já existe dispositivo legal que permite a formalização de convênios entre esses bancos e outras instituições financeiras, inclusive cooperativas de crédito. Só que, como explica Oliveira, esses convênios não se viabilizam porque não há incentivo para que os bancos repassem os recursos a outras instituições.

## Reforma tributária não fortalece superintendências regionais

de 90 e novamente criadas, as superintendências regionais do Nordeste (Sudene), da Amazônia (Sudam) e do Centro-Oeste (Sudeco) não saem revigoradas com a política apresentada na reforma tributária. Essa constatação faz parte do estudo da Consultoria do Senado sobre a proposta do governo (PEC 233/08). O FNDR faria transferências diretas aos governos estaduais. E as diretrizes dessas agências não alcançariam os recursos federais transferidos aos fundos de desenvolvimento dos estados e do Distrito Federal

Para evitar o risco de políticas estaduais descoordenadas e a possibilidade de reacender disputas entre os estados (não mais concedendo incentivos como na guerra fiscal, mas vantagens), o consultor Márcio Oliveira propõe no estudo "A reforma tributária e

Depois de extintas na década a mudança dos instrumentos da política de desenvolvimento regional no Brasil", que elas se submetam à orientação definida pelo Ministério da Integração e pelas superintendências regionais.

Preocupação semelhante teve a senadora Lúcia Vânia na proposta de recriação da Sudeco. Os projetos de investimento seriam submetidos ao conselho deliberativo respectivo, reforçando a posição da superintendência na aplicação dos recursos. No entanto, o dispositivo foi vetado pelo presidente Lula. Hoje, ela tenta reapresentar sua proposta no bojo do projeto que cria o banco de desenvolvimento do Centro-Oeste.

As demais superintendências também seriam fortalecidas e haveria, segundo Oliveira, estímulo para os bancos realizarem convênios com outras instituições financeiras.

# decisões



# Ingresso da Venezuela no Mercosul ganha apoio

Decisão da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul ainda precisa ser aprovada pela CRE e pelo Plenário

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul aprovou o parecer do deputado Dr. Rosinha (PT-PR) favorável ao ingresso da Venezuela no Mercosul. O protocolo ainda será analisado pela Comissão de Relações Exteriores (CRE) e votado no Plenário do Senado.

O deputado gaúcho Cláudio Diaz (PSDB) foi contrário ao parecer. Para ele, o presidente venezuelano, Hugo Chávez, gera insegurança com relação a con-

tratos internacionais e a valores democráticos. A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) advertiu que a forma de atuação de Chávez é a de apostar no conflito.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu a criação de um único bloco econômico latinoamericano. "O Chávez passa e a Venezuela fica", afirmou.

O presidente da Representação Brasileira no Mercosul, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), observou que é um equívoco achar que protecionismo pode ser solução para a crise financeira internacional. Ele afirmou que a solução deve ser o aprofundamento da integração.

Dr. Rosinha disse que o discurso de Chávez não tem fundamento, pois a Venezuela depende dos seus maiores parceiros comerciais: a Colômbia e os Estados Unidos.

Os senadores Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e José Nery (PSOL-PA) defenderam a adesão da Venezuela ao Mercosul.

## Parlamentares aguardam decisão do STF sobre Battisti

**Acusado por** 

assassinatos,

**Battisti usava** 

falsos no Brasil

documentos

A Associação Parlamentar de Amizade Brasil-Itália e a Associazione Parlamentare d'Amicizia Italia-Brasile apoiam a decisão que o Supremo Tribunal Federal (STF) vier a adotar no caso da extradição do italiano Cesare Battisti, ex-ativista condenado em seu país à prisão perpétua por quatro assassinatos.

O documento assinado pelas entidades foi apresentado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), acompanhado do presidente da associação brasileira, deputado Maurício Trindade (PR-BA), e do presidente da entidade italiana, deputado Domenico

Sclipoti. As entidades se dizem dispostas a lutar para assegurar "os direitos e os deveres" de Cesare Battisti na hipótese de ele retornar à Itália. O documento

foi lido pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR).

Em busca de "solução política" para a questão, uma comitiva de parlamentares italianos e brasileiros visitou o presidente do Senado, José Sarney, que se mostrou cauteloso, uma vez que o caso está sob análise da Justiça brasileira.

A melhor solução para o episódio, segundo Domenico Sclipoti, teria sido a deportação de Battisti. Como o governo brasileiro não concedeu a extradição, observou, resta agora esperar pela decisão do STF, que vai julgar o caso.

O senador César Borges (PR-BA) afirmou ser favorável à extradição de Battisti e disse que o governo brasileiro agiu com "dois pesos e duas medidas" ao recusar a extradição de Battisti e, por outro lado, devolver a Cuba os dois atletas que abandonaram a delegação durante os Jogos Pan-Americanos de 2007.

O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) elogiou as entidades pelo respeito que têm ao STF, mas voltou a manifestar inconformismo com o ministro da Justiça, Tarso Genro, por ter concordado que a Polícia Federal embarcasse de volta os atletas cubanos. Agora, disse Heráclito, ele tomou decisão

> oposta ao tentar impedir a extradição de Cesare Battisti.

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) citou o argumento utilizado pelos parlamentares europeus, para quem a Justiça italiana

poderia até ter errado no caso de um homicídio, mas Battisti está condenado por quatro. Afirmou que o acusado nunca se apresentou para se defender, porém mandava advogados.

Ainda pior, segundo Camata, é o fato de Battisti ter cometido crimes no Brasil, uma vez que entrou no país com passaporte falso, tendo depois tirado uma identidade fa-lsa e não declarado o dinheiro que recebia da França. Lembrou que Battisti só pediu refúgio depois que a polícia o prendeu, com o auxílio do serviço secreto francês. Para Camata, o refúgio fere princípios da Organização das Nações Unidas.



Domenico Sclipoti, presidente da Associazione Parlamentare d'Amicizia Italia-Brasile: melhor solução teria sido a extradição de Battisti

## José Maranhão assume o governo da Paraíba

O ex-senador José Maranhão (PMDB) foi empossado governador da Paraíba depois de Cássio Cunha Lima (PSDB) e seu vice, José Lacerda Neto (DEM), terem sido cassados por abuso de poder político e econômico nas eleições de 2006. Maranhão, que renunciou ao mandato de senador, assumiu o cargo por ter ficado em segundo lugar nas eleições.

O senador Arthur Virgílio (AM) expressou o descontentamento do PSDB com a decisão do TSE, por razões que, "se levadas ao mandatos de vários governadores e, inclusive, o do presidente Lula.

Roberto Cavalcanti (PRB), 1° suplente, assumiu o mandato pouco depois da renúncia de

Maranhão. Ele já havia estado no Senado em 2006, durante licença do titular, e cumprirá mandato até o dia 1º de fevereiro de 2011. pé da letra", colocariam em risco Pernambucano, Roberto Cavalcanti dirige o Sistema Correio de Comunicação da Paraíba.

> Arthur Virgílio lamentou a substituição de Maranhão por Cavalcanti, que responde a processos na Justiça.

# ambiente lega

### **Árvores maiores** reduzem poluição

Estudo da Universidade de Leeds, Inglaterra, concluiu que o crescimento das árvores dos trópicos contribui para combater o aquecimento global. Estão sendo retirados da atmosfera 5 bilhões de toneladas de dióxido de carbono a mais por ano, o equivalente às emissões dos EUA. Calcula-se que um quinto das emissões de CO<sup>2</sup> é absorvido pelas florestas tropicais.

### A planta que produz plástico

A fabricação de plásticos a partir de plantas deve ganhar novo impulso, evitando que milhões de toneladas de material feito de derivados do petróleo sejam jogados no meio ambiente. Para isso, uma planta, a *Arabidopsis* thaliana, foi geneticamente modificada para produzir um polímero orgânico conhecido como PHBV.

### Mil e uma utilidades

Flexível e moldável, o PHBV pode ser utilizado na fabricação de inúmeros produtos, como sacolas de supermercado, garrafas de refrigerantes e utensílios domésticos. O próximo passo da pesquisa é demonstrar que os compostos estáveis obtidos na planta-modelo também são produzidos em outras plantas.

### "Máquina de ver" ajuda deficiente visual

Instituto de Tecnologia de Massachusetts, nos EUA, desenvolveu a "máquina de ver", que permite a pessoas com deficiências visuais tirar e ver

A professora Elizabeth Goldring, do fotos, enxergar o rosto de uma pessoa e conectar-se à internet, entre outras coisas. O equipamento, montado sobre um tripé, pode ser conectado à câmera digital ou ao computador.

### Nova tecnologia pode ter preço acessível

Elizabeth Goldring, com deficiência visual em um olho, explica que a imagem capturada pelo sensor da câmera é enviada para uma tela de cristal líquido (LCD) iluminada por LEDs (Light Emitting Diodes). As informações visuais são então focadas em um único ponto, enviado para o interior do olho. A pesquisadora acredita que é possível fabricar o equipamento por menos de US\$ 500.

# Sarney quer mudança na verba indenizatória

Benefício tem gerado problemas, mas proposta de simplesmente incorporálo ao salário dos parlamentares talvez não seja a melhor, diz o presidente

presidente do Senado, José Sarney, defendeu a revisão da regra que regulamenta o pagamento da verba indenizatória, paga mensalmente aos deputados e senadores e utilizada na cobertura de gastos ligados ao exercício do mandato. Pelas normas atuais, o benefício tem causado "discussões e problemas".

Com relação à proposta de emenda à Constituição apresentada pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) para incorporar os R\$ 15 mil da verba

aos salários dos parlamentares, Sarney disse não saber se essa é a melhor fórmula.

- Mas temos que encontrar um meio de acabar com a verba indenizatória, que tem criado tantas discussões e problemas. Não sei se será esse o meio, não posso dar somente minha opinião, tenho que ouvir os colegas. Mas acho sensato a gente pensar em um caminho melhor – afirmou.

Sarney também voltou a criticar o excesso de medidas provisórias que obstruem as votações do Plenário e "empacam toda a pauta", sujeitando tanto o Senado quanto a Câmara a "um sistema no qual a agenda das Casas é feita por MPs".

- Quero ver se conseguimos votar cerca de 200 requerimentos que também não têm necessidade de que o Plenário discuta, para que a gente possa escolher de comum acordo os assuntos que são mais importantes e que já estão prontos, para que o debate dentro da Casa fique mais presente e mais elevado – disse.



Claudia Lyra, Gerson Camata (relator), Marco Maciel (presidente), Valadares e Papaléo Paes debateram vários pontos de anteprojeto elaborado por grupo de trabalho da Secretaria Geral da Mesa do Senado

## Comissão que estuda alterações no regimento debate bloco parlamentar

As atribuições dos blocos parlamentares devem abrir as discussões da próxima reunião da Comissão Especial de Reforma do Regimento Interno do Senado Federal, marcada para esta terça-feira. Antes do Carnaval, o vice-presidente, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), sugeriu o reconhecimento, para efeito de escolha dos integrantes das comissões e seus dirigentes, dos blocos partidários formados no início da legislatura.

Conforme Papaléo Paes (PSDB-AP), é necessário fixar um critério rígido para esse reconhecimento, para evitar associações circunstanciais.

Alterações no estatuto do senador e em atribuições do presidente do Senado foram discutidas pela comissão no último encontro. Para Valadares, o novo regimento deveria restringir o pagamento de ajuda de custo aos senadores, coibindo, por exemplo, a liberalidade no pagamento por ocasião da eleição da Mesa do Senado. Os demais artigos referentes à remuneração dos senadores não sofrerão mudanças, de acordo

com relator, Gerson Camata (PMDB-ES). No entanto, a minuta de projeto de resolução de reforma do regimento elaborada por grupo de trabalho presidido pela secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra, e alvo dos debates da comissão, modificou, e até revogou, alguns dispositivos relativos às medidas disciplinares, à renúncia e à perda de mandato

Segundo explicou o presidente da comissão, Marco Maciel

(DEM-PE), as modificações sobre Objetivo é medidas disciplievitar blocos nares e perda de mandato justififormados cam-se pelo fato de por interesse estarem na alçada, circunstancial hoje, da Corregedoria do Senado e do Conselho de Ética e

> Decoro Parlamentar, que inexistia quando o regimento interno foi criado.

> Gerson Camata ainda conduziu uma rápida discussão sobre mudanças nas atribuições do presidente do Senado. Valadares propôs que a Mesa possa decidir, em caráter extraordinário, mas definitivo, sobre a escolha do presidente e do vice-presidente de comissão que não tenha ocorrido dentro do prazo regimental.

### Camata: regular uso da palavra é o maior problema

O relator da Comissão Especial de Reforma do Regimento Interno, Gerson Camata (PMDB-ES), acredita que o maior desafio está em disciplinar o uso da palavra (artigo 14) pelos senadores, uma vez que a invocação do termo "pela ordem" serve hoje para tudo. Assim, está sendo proposto o fim do mecanismo, mantendo-se a "questão de ordem" (artigos 403 a 408).

Também sobre o uso da palavra, Camata assinalou que deverá ser mantido, por sugestão de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), a possibilidade de um líder partidário delegar a fala da liderança a outro integrante da bancada. A novidade estaria na introdução do uso da réplica e da tréplica pelo líder.

O novo regimento interno, comentou Marco Maciel (DEM-PE), deverá prever um colégio de líderes com poder de formatar a redação final de proposições que seguiriam direto para o Plenário. Essa sugestão partiu de Camata, que defendeu ainda a definição das votações com uma semana de antecedência.



Arthur Virgílio (C), entre José Sarney (E) e Romeu Tuma: senador tucano disse em Plenário que verba para cobrir despesas com mandato deve ser "com tributação"

## Arthur Virgílio abre mão da complementação de R\$ 15 mil

O senador Arthur Virgílio (PS-DB-AM) abriu mão da verba indenizatória de R\$ 15 mil mensais que a Casa põe à disposição dos senadores para cobrir despesas relativas ao exercício do mandato. Ele anunciou a decisão em Plenário e disse que enviou ofício ao presidente do Senado, José Sarney, comunicando o fato.

 Ou fica esse salário ou é outro. Mas às claras, com tributação - afirmou.

A verba indenizatória voltou ao centro dos debates neste início de ano legislativo depois de denúncias contra o deputado Edmar Moreira (sem partido-MG), que seria proprietário de um castelo estimado em R\$ 25 milhões. Recaem sobre ele suspeitas de uso indevido do benefício. Moreira foi obrigado a renunciar ao cargo de 2º vice-presidente da Câmara, cuja principal atribuição é a de corregedor-geral, e acabou sendo desfiliado do partido Democratas.

Após o escândalo, a Câmara decidiu tornar públicas as notas fiscais relativas ao uso da verba e também colocar na internet o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) das empresas citadas nas notas. A Mesa do Senado, segundo José Sarney, vai estudar a possibilidade de adotar a mesma providência.

# agora é lei

## Assistência gratuita para construção de moradias

As famílias com renda mensal assistência técnica estabelecida ca e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social para sua própria moradia. Esse direito foi estabelecido com a entrada em vigor da Lei 11.888/09 - que alterou a lei que estabelece diretrizes da política urbana (Lei 11.124/05). As famílias com esse perfil deverão contar com o apoio de profissionais das áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia necessários para a edificação, reforma, ampliação ou regularização fundiária da habitação.

O relator da proposta no Senado, Paulo Paim (PT-RS), considera a medida importante e lembra que o Brasil conta hoje com um déficit de 7 milhões de moradias e incontáveis núcleos urbanos mal planejados. Segundo ele, serão relevantes os ganhos sociais que decorrerão da

de até três salários mínimos, na lei. "Não são apenas as faresidentes em áreas urbanas mílias e comunidades carentes ou rurais, já podem contar que poderão ver melhoradas com assistência técnica públi- suas condições de habitabilidade. Os núcleos urbanos se beneficiarão generalizadamente de ocupações mais planejadas e qualificadas", acredita.

> A nova lei tem o objetivo de formalizar o processo de edificação, reforma ou ampliação da habitação perante o poder público municipal e outros órgãos públicos, e de evitar a ocupação de áreas de risco e de interesse ambiental. A assistência técnica pode ser oferecida diretamente às famílias ou a cooperativas, associações de moradores ou outros grupos organizados que as representem. Podem também ser firmados convênios ou parcerias entre entes públicos e entidades promotoras de programas de capacitação profissional, residência ou extensão universitária nas áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia.

**IORNAL DO SENADO** Brasília, 2 a 8 de março de 2009 Brasília, 2 a 8 de marco de 2009 **IORNAL DO SENADO** 

# dia da mulher

# Trabalho sem guerra entre os sexos

Na semana em que se celebra o Dia Internacional da Mulher, reacende no Senado o debate em torno da valorização feminina no mercado de trabalho a partir da primeira lei sancionada por Barack Obama, que igualou salários entre homens e mulheres

Tove dias após tomar posse no cargo público mais influente do mundo, o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, protagonizou em 29 de janeiro passado uma solenidade simbólica: ele sancionou a chamada Lei Lilly Ledbetter, que obriga as empresas a pagarem o mesmo salário a homens e mulheres que ocupem a mesma função. Nos EUA, a diferença entre um e outro chega a 23%, em prejuízo das mulheres, sempre, o que demonstra como a cultura machista permanece arraigada ali e no resto do mundo.

- Não existem cidadãos de segunda categoria no trabalho declarou Obama ao lado de Lilly Ledbetter, executiva da Goodyear que, após longo e polêmico processo judicial, obteve o direito de receber o mesmo que seus colegas recebiam para exercer função idêntica. A única diferença entre

eles era o fato de ela ser mulher. A sanção da lei, a primeira de Obama, representa um avanço importante no debate sobre a valorização da força de trabalho feminina e causa impactos positivos na luta do movimento feminista pelo reconhecimento da jornada dupla de trabalho enfrentada pela maioria das homens. mulheres ao chegar em casa, ainda em

Na semana do Dia Internacional da mens. E foi também assim nos anos Mulher, celebrado em 8 de março, o anteriores: 17% em 2006; 17,9% debate ganha força. Ainda que a situ- em 2005 e 18,8% em 2004. ação de inferioridade da mulher tenha A Rais de 2007 mostrou ainda se amenizado ao longo do século 20, o que, para os profissionais com cur-

panheiro (veja nesta página).



Barack Obama sanciona a Lei Lilly Ledbetter, que promete acabar com defasagem de até 23% nos salários femininos

Anual de Informações Sociais (Rais) do da Pesquisa Nacional por Amostragem são iguais em direitos e obrigações". Ministério do Trabalho e Emprego confirma que os salários das mulheres são menores do que os dos

O ministério concluiu que, em raros casos compartilhada com o com- 2007, as mulheres ganharam em média 17,2% menos que os ho-

problema persiste a ponto de gerar uma so superior completo, a diferença salarial deverá ser percorrido até que se cumpra, lei num país desenvolvido como os Es- é ainda mais expressiva: as mulheres de fato, o artigo 5°, "Todos são iguais têm salários médios que correspondem perante a lei", e o inciso I da Constituição

de Domicílios (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram realidade semelhante (ver quadro abaixo).

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) alerta para uma possível piora da situação feminina com os cada vez maiores efeitos da crise sobre a economia brasileira.

 Se já existe discriminação no momento de contratar e definir o salário, imagine na hora de demitir. A pesquisa do IBGE já mostra que a crise comeca a causar mais demissões entre as mulheres do que entre os homens – afirma Marisa.

Desde os protestos de 8 de março de 1857 de nova-iorquinas contra as más condições de trabalho e os baixos salários nas indústrias têxteis, muitas conquistas já estão consolidadas. Mas um longo caminho ainda

O Brasil não foge à regra. A Relação a 56,5% dos salários dos homens. Dados federal brasileira: "homens e mulheres

dupla, enfrentada pelas mulheres que trabalham

alimentar a família, muitas vezes sozinhas.

### Média da renda mensal\*

Regiões	Homens & mulheres		Hom	iens	Mulheres	
Regiões	1996	2007	1996	2007	1996	2007
Norte	868,50	746,70	987,40	852,20	699,80	613,90
Nordeste	609,10	597,40	701,10	700,20	482,10	490,00
Sudeste	1.217,70	1.095,80	1.451,00	1.293,50	891,40	870,40
Sul	1.063,90	1.068,70	1.274,80	1.284,60	767,60	819,90
Centro-Oeste	1.058,10	1.128,70	1.232,90	1.308,10	792,20	904,70
Média	1.010,40	940,70	1.195,60	1.113,50	750,30	745,40
*Renda em R\$ a preços de setembro de 2007, deflacionada pelo INPC Fonte: Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça (Unifem//pea)						

## Jornada dupla só acaba com mudança cultural

trabalham fora o dia todo. Saem cedo, se juntar também ações concretas do chegam no final da tarde, quando passam Estado. É o que pensa Patrícia Saboya aos afazeres domésticos. Enquanto ela (PDT-CE), coordenadora da Frente Parprepara o jantar, ele ajuda os filhos no lamentar da Criança. Ela lembrou que, banho. Mais tarde, enquanto ele lava a segundo pesquisa realizada há dois anos louça, ela coloca as crianças na cama. A pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicena cotidiana já é realidade em boa parte cada (Ipea), 87% das crianças recolhidas dos lares brasileiros, mas está longe de ser a abrigos públicos estão nas instituições a preferência nacional.

O fim da chamada jornada dupla de trabalho exclusiva para mulheres só já foi aprovado pela Comissão de Educaocorrerá com uma profunda mudança ção (CE) projeto de sua autoria que torna cultural, que deve ser impulsionada por obrigatória a construção de creches nos políticas públicas capazes de fazer com que a cena descrita acima deixe de ser exceção e se transforme em regra. A opinião é compartilhada pelas senadoras ouvidas na Comissão de Assuntos Sociais. pelo **Jornal do Senado**. Essas mudanças precisam ocorrer em todos os sentidos do relacionamento de um casal, desde o respeito mútuo até a responsabilidade paterna no momento da gravidez, o que poderá se traduzir em divisão de tarefas em casa.

Na visão de Ideli Salvatti (PT-SC), a questão da jornada dupla só se resolve com a dividirem a responsabilidade da geração uma profunda mudança do pensamento da sociedade, inclusive da própria mulher.

 É embrionário, eu sei, mas é animador pais disputando a guarda dos filhos. Isso é bilizando cada vez mais - disse ela.

O casal tem dois filhos. Marido e mulher À pressão legítima das mulheres devem por causa da pobreza.

Marisa Serrano (PSDB-MS) ressalta que conjuntos habitacionais financiados com recursos públicos para a população de baixa renda (PLS 69/08). O projeto está

Para Roseana Sarney (PMDB-MA), creche não é um desejo. É um direito garantido na Constituição, reiterado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

Já Rosalba Ciarlini (DEM-RN) defende uma legislação mais rigorosa, com "mecanismos mais fortes para obrigar os homens e criação dos filhos".

Para Maria do Carmo Alves (DEM-SE), é muito importante, como forma de aliviar saber, por exemplo, que há cada vez mais os fardo das mães, que os municípios incentivem a implantação de creches um sinal de que os pais estão se responsa- domiciliares, restaurantes e lavanderias

### Trabalho doméstico feminino é mais que o dobro do masculino

Segundo o **IBGE**, o número de famílias chefiadas deles mais que o **dobro** do tempo (*veia quadro*). por mulheres saltou, de **1993** a **2007**, de **301 mil** evidenciando a existência da já famosa jornada para **3,6 milhões**. Enquanto, em **1993**, **22,3**% dos lares eram liderados por mulheres, em 2007 fora e precisam ainda limpar e organizar a casa e

Outro dado importante para se avaliar a situação das mulheres: segundo a mesma Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) 2007, enquanto os homens dedicam 13,7 horas por semana aos afazeres domésticos, as mulheres se ocupam

Percentual de famílias chefiadas por mulheres				
Região	1993	2007		
Norte	24,5	34,9		
Nordeste	24,2	33,4		
Sudeste	22,5	33,2		
Sul	18,6	31,0		
Centro-Oeste	20,6	32,6		
Média	22,3	33,0		
onte: IBGE/Pnad microdados				



Média de horas semanais dedicadas a afazeres domésticos

Regiões	Homens & mulheres		Homens		Mulheres	
Regioes	2001	2007	2001	2007	2001	2007
Norte	30,9	26,6	15,4	12,9	33,7	29,3
Nordeste	34,1	29,9	14,4	13,1	36,8	33,0
Sudeste	34,7	29,8	14,7	14,3	38,3	33,6
Sul	33,9	28,9	15,1	13,4	37,7	33,1
Centro-Oeste	33,1	28,3	14,3	13,5	35,9	31,4
Média	34,1	29,4	14,7	13,7	37,4	32,9
Fonta: Ratrato das Dasigualdadas da Gânero a Raca (I Inifemlina)						

















Patrícia Saboya



Rosalba Ciarlini

### -Mulheres no poder no Brasil

Mesmo tendo conquistado o direito de integrar qualquer órgão dos três Poderes da República, a participação da mulher brasileira na esfera federal e em tribunais superiores ainda é tímida.

ministras ac Estado	1 1111113111131 (32)			
Dilma Rousseff	Casa Civil			
Nilcéa Freire	Políticas para as Mulheres			
Governadoras	Estados (27)			
Ana Júlia Carepa	Pará			
Wilma Maria de Faria	Rio Grande do Norte			
Yeda Crusius	Rio Grande do Norte			
Teua Crusius	Nio Giande do Sui			
Senado	Senadores (81)			
Fátima Cleide	PT-RO			
Ideli Salvatti	PT-SC			
Kátia Abreu	DEM-TO			
Lúcia Vânia	PSDB-GO			
Maria do Carmo Alves	DEM-SE			
Marina Silva	PT-AC			
Marisa Serrano	PSDB-MS			
Patrícia Saboya Gomes	PDT-CE			
Rosalba Ciarlini	DEM-RN			
Roseana Sarney	PMDB-MA			
Serys Slhessarenko	PT-MT			
Tribis anno seisus s	Ministres			
Tribunais superiores	Ministras			
Supremo Tribunal Federal (11)	Cármen Lúcia Antunes Rocha			
Consider Tilbone I de Instine (24)	Ellen Gracie Northfleet  Denise Arruda			
Superior Tribunal de Justiça (31)				
	Eliana Calmon Alves			
	Fátima Nancy Andrighi Laurita Hilário Vaz			
	Maria Thereza R. de Assis Moura			
Tribunal Curarias da Trabalha (27)	Dora Maria da Costa			
Tribunal Superior do Trabalho (27)				
	Kátia Magalhães Arruda			
	Maria dr Assis Colsins			
	Maria de Assis Calsing			
C 1 T'	Rosa Maria W. Candiota da Rosa			
Superior Tribunal Militar (15)	Maria Elizabeth G. Teixeira Rocha			

### Discriminação no Senado?

Para a senadora Roseana Sarney, "o preconceito e a discriminação são sorrateiros e difusos, mas castigam particularmente os mais simples, os mais carentes. A melhor maneira de combatê-los é universalizar de fato a cidadania — garantir direitos e oportunidades iguais para todos". Veia a seguir o depoimento das parlamentares sobre a existência de discriminação no exercício dos seus mandatos.

### Patrícia Saboya

"Apesar dos avanços, o mundo da política, como tantos outros, ainda é masculino. Uma mulher aqui, como em outros ambientes de trabalho, para ser

Ideli Salvatti a sutileza dos senadores em muitas vou falar porque tenho o direito'." vezes fingir que não estamos falando

Diretora e comissões.' Maria do Carmo

gente é que faz como tantas outras de parabéns pelo exemplo."

mulheres: finge que não vê e seque

### Serys Slhessarenko

"Quando chequei integrava uma tida como boa tem que ser dez vezes comissão em que, quando pedia a palavra, ela era concedida apenas aos senadores, mesmo que eles houvessem pedido depois de mim. Numa hora "A discriminação aqui varia desde apelei: 'Peraí, me respeitem. Agora eu

#### Rosalba Ciarlini preenchimento dos cargos da Mesa

"Seria inconcebível que ocorresse numa Casa que cria leis. A eleição da Mesa diretora com as senadoras Servs e Patrícia é exemplo de valorização da "É claro que tem discriminação. A mulher no Parlamento. O Senado está Serys Slhessarenko



# Prêmio Bertha Lutz será entregue nesta quinta-feira

O Congresso realizará sessão solene Crianças e Adolescentes. nesta quinta-feira em comemoração ao O conselho decidiu também homena-Dia Internacional da Mulher – celebrado gear a antropóloga e ex-primeira-dama em 8 de março. Durante a sessão haverá Ruth Cardoso, que morreu em junho de a entrega do Prêmio Bertha Lutz a cinco 2008. Dona Ruth - como era conhecipersonalidades que prestaram relevante da – criou o Conselho da Comunidade serviço na garantia dos direitos femini- Solidária, programa que visava a alfa-

Serão agraciadas a embaixadora da artesanato solidário. Boa Vontade pela Organização das Naa jornalista, atriz e poetisa Elisa Lucinda; cinco mulheres. a secretária-geral do Conselho Federal

nos e em questões de gênero em 2008. betização, capacitação e produção de

Houve 55 indicações no ano passado. ções Unidas para a Educação, a Ciência Instituído em 2001 pela Mesa do Senae a Cultura (Unesco), Lily Marinho; a do, o Conselho do Diploma Mulherjuíza maranhense Sônia Maria Ribeiro; Cidadã Bertha Lutz elege anualmente

Também nesta quinta-feira, a Secreda OAB, Cléa Carpi da Rocha; e a as- taria de Pesquisa e Opinião Pública sistente social Neide Viana Castanha, (Sepop) do Senado divulgará pesquisa que coordena o Comitê Nacional de En-sobre a situação da mulher no país. frentamento da Violência Sexual Contra Apenas mulheres foram ouvidas.

## Em defesa dos direitos políticos femininos

líder na luta pelos direitos políticos das o direito de voto feminino. mulheres brasileiras. Ela se empenhou Bertha organizou o primeiro congresso pela aprovação da legislação que outor- feminista do país e, na Organização Ingou o direito às mulheres de votar e de ternacional do Trabalho (OIT), discutiu serem votadas.

to de 1894, filha da enfermeira inglesa a União Universitária Feminina, a Liga Amy Fowler e do cientista e pioneiro da Eleitoral Independente, em 1932, e, no Medicina Tropical Adolfo Lutz, Bertha ano seguinte, entre outras. foi educada na Europa, formou-se em Candidata, em 1933, pela Liga Eleito-Biologia pela Sorbonne e tomou contato ral Independente, a uma vaga na Assemcom a campanha sufragista inglesa.

entrar no serviço público brasileiro.

minino e criou, em 1919, a Liga para a morte do titular, Cândido Pessoa. Emancipação Intelectual da Mulher, que foi o embrião da Federação Brasileira por proposta de mudança na legislação pelo Progresso Feminino (FBPF).

depois do ingresso das brasileiras na Liga 1976, aos 84 anos.

Zoóloga de profissão, Bertha Maria das Mulheres Eleitoras, em 1932, decreto Júlia Lutz é conhecida como a maior do presidente Getúlio Vargas estabeleceu

problemas relacionados à proteção do Nascida em São Paulo, em 2 de agostrabalho da mulher. Também fundou

bleia Nacional Constituinte de 1934, pelo Voltou ao Brasil em 1918 e ingressou Partido Autonomista do Distrito Federal, por concurso público como bióloga no Bertha não conseguiu eleger-se. Mas Museu Nacional. Foi a segunda mulher a obteve a primeira suplência no pleito seguinte e acabou assumindo o mandato Empenhou-se na luta pelo voto fe- de deputada em julho de 1936, devido à

Sua atuação parlamentar foi marcada referente ao trabalho da mulher e do me-Em 1922, Bertha representou as bra-nor, visando, além de igualdade salarial, sileiras na assembléia-geral da Liga das a licença de três meses para a gestante e Mulheres Eleitoras, nos Estados Unidos, a redução da jornada de trabalho, então sendo eleita vice-presidente da Socieda- de 13 horas diárias. Bertha Lutz faleceu de Pan-Americana. Somente dez anos no Rio de Janeiro em 16 de setembro de

**JORNAL DO SENADO** Brasília, 2 a 8 de março de 2009 Brasília, 2 a 8 de março de 2009 **JORNAL DO SENADO** 

# investigação

# CPI ajudou a aperfeiçoar uso de cartão corporativo

Após as investigações, órgãos responsáveis tomaram iniciativas para melhorar o controle e limitar o uso de suprimentos de fundos

Tá exatamente um ano, não Congresso: os gastos com públicos por supostos crimes. cartões de pagamentos do governo federal – os cartões corporativos - teriam saído do controle. Tanto que as denúncias viraram matéria da CPI dos Cartões Corporativos, ral da União (CGU) aponta que os procuradora Ana Carolina Alves instalada depois de fortes embates gastos com os cartões caíram 27 % entre governo e oposição desde o no ano passado (veja gráfico). As as informações do relatório que a primeiro dia do ano.

Apesar de tomar poucos depoimentos e aprovar menos de um quarto dos requerimentos apresentados, a CPI elaborou um relatório final em que não houve nenhum pedido de indiciamento, mas apresentou recomendações e um projeto de lei para regulamentar melhor o assunto.

A oposição elaborou um relatório alternativo, que também foi encaminhado às autoridades

diciamento de ministros e a inves-

Desde então, os órgãos responsáveis tomaram iniciativas para melhorar o controle dos suprimentos de fundos. A Controladoria Gechamadas "contas tipo B", movimentadas por cheques, e sobre as o deputado Indio da Costa (DEMquais também recaíam suspeitas, RJ), responsável pelo relatório, os foram extintas

A CGU publicou um manual com orientações para uso e prestação de contas com cartões corporativos e mantém, no Portal da Transparência (portaltransparencia.gov.br), todos os gastos feitos individualmente pelos portadores dos cartões. Por sugestão da CPI, prestações de contas foram toma-

ridades do governo do presidente se falava noutra coisa no tigação de mais de 500 servidores Fernando Henrique Cardoso, e encaminhadas para o Tribunal de Contas da União (TCU).

> Paralelamente, o Ministério Público continua investigando possíveis fraudes no passado. A Araújo Roman hoje trabalha com oposição apresentou à CPI. Para dados são provas de irregularidades, como compras em empresas em que servidores públicos são sócios e despesas que deveriam ter sido feitas por licitação.

Por outro lado, estão parados na Câmara os projetos que buscam regulamentar os suprimentos de fundos não apenas no Executivo, mas também no Legislativo e no competentes. Nele, foi pedido o indas, inclusive de ministros e auto- Judiciário (veja matéria).



Presidente da CPI dos Cartões Corporativos, a senadora Marisa Serrano lamenta as dificuldades enfrentadas para aprofundar investigações



O deputado Luiz Sérgio foi o autor do relatório final da comissão, que não pediu o indiciamento de ninguém, mas apresentou projeto de lei



Reunião da comissão em 2008: falta de apoio dos governistas impediu a aprovação de mais de três guartos dos requerimentos apresentados

## "CPIs sempre dão resultados", afirma Marisa Serrano

Para a presidente da CPI dos Cartões Corporativos, senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), a comissão é lham sem integração – afirma. mais um exemplo de que investigações parlamentares dão resultados. Mesmo lamentando as dificuldades para aprofundar as apurações, ela considera que, a partir da CPI, o governo passou a ter mais cuidado, como demonstram as ações a CPI ter esclarecido à sociedade adotadas pela CGU

- Mais uma vez, se demonstra que todas as CPIs dão resultado por mostrar ao país onde estão os ser considerado um avanço. obstáculos e problemas institudade, até as diversas instituições, seja, os cartões estão sendo usanaram-se – afirma.

órgãos competentes o aprofunda-

tinham contratos com a adminis-

recursos públicos por meio de car-

vidores, os crimes apontados são

improbidade administrativa.

públicos no uso de cartões.

mento das investigações por crimes no relatório, está o uso do cartão

como improbidade administrativa por servidores públicos para pa-

e peculato que teriam sido come- gamento de salão de beleza e de

Desses, 473 são apontados no relatório é a ministra da Casa

como sócios de 452 empresas que Civil, Dilma Rousseff, que, para os

tração pública e ainda receberam envolvida, juntamente com outros

tões corporativos. Para esses ser- do suposto dossiê sobre gastos

O documento, lido pelo de- do governo Lula citados no relató-

putado Indio da Costa, também rio foram: Orlando Silva (Esporte),

pediu a abertura de processo na Altemir Gregolin (Aquicultura e

tráfico de influência, corrupção e Fernando Henrique Cardoso.

tidos por mais de 500 servidores motel em Brasília.

Depois de um primeiro momenaumento da cobrança – por parte da sociedade, imprensa e órgãos responsáveis – pelo bom uso do cartão corporativo. Até o fato de que o cartão é uma ferramenta

Hoje, as notícias que rece-

Para a oposição, mais de 500 servidores cometeram crime

O relatório da oposição pediu Comissão de Ética Pública contra Pesca), Olívio Dutra (Cidades),

ao Ministério Público e a outros 37 servidores e autoridades. Entre Benedita da Silva (Assistência

outras irregularidades apontadas

A principal autoridade citada

parlamentares da oposição, estaria

servidores da pasta, no episódio

sigilosos no governo do presidente

Outros ministros e ex-ministros

como Ministério Público, TCU e dos com maior parcimônia. Até CGU, que, de outra maneira, traba- o prestador do serviço, quando pago com cartão corporativo, procura saber se não vai ter probleto de ceticismo, a senadora vê mas no futuro se receber por esse meio – analisou, esperando ainda resultados das investigações em curso no Ministério Público e na

Polícia Federal. Mesmo com seu relatório derrotado na CPI, o deputado Índio moderna para gastos públicos, na da Costa também considera que opinião de Marisa Serrano, pode os frutos das investigações são

 A CPI continua rendendo cionais. Assim, a CPI permite que bemos é que os gastos caíram e bons resultados. Àqueles que todos se envolvam, desde a socie- melhoraram em qualidade. Ou duvidavam da comissão: enga-

Social), Miguel Rossetto (Desen-

volvimento Agrário) e Matilde

As reuniões da CPI foram abaladas

pela notícia de que circularia em Brasília

um suposto dossiê com dados sigilosos

de gastos do ex-presidente Fernando

Henrique Cardoso e da ex-primeira-dama

Ruth Cardoso. Depois de reportagem da

revista *Veja* em março de 2008, a CPI

chegou a investigar o assunto, que ficou

fora do relatório final aprovado, mas foi

citado no relatório da oposição. Todos os

requerimentos que pediam a convocação

de Dilma Rousseff para a CPI foram rejei-

tados. O relator sugeriu que o caso fosse

investigado pela Polícia Federal.

Ribeiro (Igualdade Racial).

# Gastos subiram após investigação, mas redução foi de 27%

Em relação a 2007, os gastos do governo federal com cartões corporativos caíram 27% em 2008. Os dados, da CGU, demonstram ainda que, depois de apresentarem níveis baixos durante O aumento nos últimos meses não me os meses de funcionamento da CPI, as parece anormal. Não considero surpredespesas voltaram a subir, chegando a sa se, a partir de agora, as despesas com quase R\$ 8 milhões em janeiro deste o cartão ficarem em um patamar como ano (veia gráfico).

O secretário-executivo da CGU, Luiz Augusto Navarro de Britto Filho, não considera que o aumento dos últimos meses leve ao mesmo nível de gastos "contas tipo B" (pelo Decreto 6.370), esperava-se que as despesas migrassem vem ser feitas por licitação. para os cartões de pagamentos, o que

aconteceu de forma limitada.

- O natural é que houvesse incremento, mas, pelo visto, não houve uma migração da conta tipo B para o cartão. o que tinham em 2007 - declarou.

A limitação dos saques com os cartões, a acomodação dos servidores às outubro pela CGU e o lançamento da de antes da CPI. Pelo contrário, ele se prestação de contas eletrônica, na opimostra surpreso com a queda do ano nião do secretário-executivo, devem ter to, também vêm caindo, principalmenpassado. Isso porque, a partir de junho contribuído para a redução. Mais que te depois da ampliação das restrições, de 2008, com a extinção das antigas isso, graças às recomendações, Navarro depois da CPI. E o secretário-executivo movimentadas com talões de cheques, até então feitas com o cartão hoje de-Planejamento e a CGU devem implantar

- O servidor ficou atento à maior dos gastos feitos em dinheiro.

transparência, já que a imprensa e a sociedade estão vigilantes - afirmou.

A queda nos meses de funcionamento da CPI, para o secretário-executivo, porém, não deve refletir a realidade de gastos. O impacto das denúncias nos jornais em janeiro de 2008, observa, assustou os titulares dos cartões, o que resultou na queda naquele período.

A CPI identificou que, em 2007, o número de cartões alcançou 12.997. novas regras, o manual lançado em Este ano, 4.029 servidores públicos já utilizaram o cartão.

Os saques, segundo Navarro de Britde Britto avalia que algumas compras anunciou que, este ano, o Ministério do um sistema eletrônico para publicação

### Evolução dos gastos com cartões corporativos e suprimentos de fundos\* de 2007 a 2009 (em R\$ milhões)



\* Pagamento de despesa permitida em casos excepcionais com as limitações previstas em lei. Inclui as contas do tipo B (movimentadas com talões de cheques), cartões de pagamento do governo federal (CPGFs), ordens bancárias de pagamento (OBPs) e operações de câmbio de recursos em moeda estrangeira para pagamento de despesas de representações do Brasil no exterior (Itamaraty e Ministério da Defesa, principalmente) e custeio de viagens

Fonte: Controladoria Geral da União (CGU)

### Relatório final não apontou culpados

Aprovado com 14 dos 21 votos da CPI, o relatório final do deputado Luiz Sérgio (PT-RJ) não pediu o indiciamento de ninguém pelo uso irregular de cartões. Para o relator, se for necessário, isso deve ser feito pelo Ministério Público. Ele considera que as denúncias foram fruto de equívocos dos usuários e as irregularidades foram esclarecidas e corrigidas pelos responsáveis.

O relatório apresentou ainda sugestões para regulamentar os cartões corporativos e evitar problemas e propôs à Casa Civil a criação de comissão para analisar as conclusões da CPI mista.

De acordo com o texto, o fim do pagamento de diárias para ministros, em 1993, foi um equívoco. Por isso, o relator propôs a volta das diárias em substituição aos cartões nas viagens de ministros. Ainda assim, para outros gastos, o relatório defende a manutenção do cartão, por considerá-lo um mecanismo eficiente, ágil e transparente.

O relator, no entanto, considera que ministros do governo Fernando Henrique Cardoso cometeram "erros e delitos muito mais graves". Por isso, pediu que a CGU apurasse os gastos irregulares feitos por ministros do governo Fernando Henrique Cardoso.

### Projeto da CPI está parado na Câmara

A CPI dos Cartões Corporativos, na falta de indiciamentos, apresentou um projeto para regulamentar o uso de cartões corporativos e suprimentos de fundos no governo federal.

Porém, desde que foi apresentada, em 25 de junho de 2008, a proposta não caminhou na Câmara. O último despacho foi a concessão de regime de prioridade à tramitação, cinco dias mais tarde.

Entre as sugestões, o projeto (PLP 381/08) proíbe o saque em espécie, excluindo "casos excepcionais", definidos em cada órgão, que não podem ultrapassar 30% do limite do cartão. A proposta ainda determina que os extratos dos cartões sejam divulgados na internet e que os gastos sigilosos ligados à Presidência da República sejam públicos um ano após o fim do mandato.

O ministro ou principal dirigente do órgão não poderá ter um cartão em seu nome. Os tribunais de Contas terão que fiscalizar os cartões.

Sem as exceções previstas no PLP 381, o deputado Indio da Costa acha melhor proibir por completo os saques em espécie das contas dos cartões corporativos no Executivo (PL 2.748/08).

Já o projeto do deputado Gerson Peres (PP-PA) estabelece que, para ser titular de um cartão corporativo o servidor deverá apresentar certidão de antecedentes da Justiça, da polícia e da Fazenda e do Fisco (PLP 268/08).

O Executivo já reuniu as normas sobre gastos com suprimentos de fundos. A proposta, discutida pela CGU, pelo TCU e pelos ministérios da Fazenda e do Planejamento, deverá servir de base para um novo decreto presidencial que regulamente o assunto no Executivo.

O projeto serviria para ampliar o alcance das medidas para o Legislativo e o Judiciário. As medidas poderiam, inclusive, regulamentar a publicação e os limites para uso das verbas parlamentares por deputados e senadores, tema com grande repercussão na mídia neste início de ano.

## Disputa acirrada do início ao fim

A CPI dos Cartões Corporativos foi marcada pela dispuinstalação, um ano atrás. Os principais embates ocorreram em torno do comando da comissão e da votação de requerimentos de convocação e quebra de sigilo.

Assim que foram abertos os trabalhos parlamentares de 2008, o líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), já tinha em mãos um requerimento com o número de assinaturas necessário para criação de uma CPI no Senado para investigar gastos com suprimentos quando foi criado o cartão corporativo.

uma CPI mista, com deputados e senadores. Mas a presidência da comissão passou a ser o alvo da disputa. Por ter o primeiro signatário do requerimento (deputado Carlos comando da CPI, mas o governo não admitia.

Assim, o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) voltou a ta acirrada entre governo e oposição desde antes de sua apresentar um pedido para que a investigação fosse feita no Senado, onde a maioria governista não é tão grande (até hoje a comissão sugerida por Virgílio está na fila para ser instalada, segundo o site do Senado na internet). Mas, finalmente, o governo aceitou o nome da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) para presidente da CPI. A relatoria ficou com o deputado Luiz Sérgio (PT-RJ).

Durante os trabalhos da comissão, a maioria governista impediu a aprovação de requerimentos de convocação de fundos desde o governo Fernando Henrique Cardoso, e quebra de sigilos apresentados por parlamentares da oposição. Foram ouvidas 14 autoridades e, dos 261 Em seguida, os dois lados concordaram na criação de requerimentos apresentados, 53 foram aprovados, 50 foram rejeitados e 114 não foram analisados.

Assim, as investigações ficaram limitadas aos gastos com cartões corporativos já conhecidos pela CGU e pelo Sampaio, do PSDB paulista), a oposição reivindicava o TCU. Os gastos sigilosos da Presidência da República não foram investigados.

## Casos envolvendo ministros foram citados em relatórios

#### **Governo Lula**

A ex-ministra da Secretaria Especial da Igualdade Racial Matilde Ribeiro enganou-se em um free shop ao usar o cartão corporativo, em vez do cartão pessoal, para pagar uma conta no valor de R\$ 461,16. Denúncias de irregularidades no uso do cartão levaram a ministra a renunciar ao cargo.

O ministro do Esporte, Orlando Silva, confundiu o cartão corporativo com o cartão pessoal ao pagar uma tapioca de R\$ 8,30, em Brasília, o que é proibido. Devolveu aos cofres públicos tudo o que gastou a mais com esse instrumento: R\$ 34.378,37. Mas o relatório final da CPI sugere que cerca de R\$ 26 mil sejam restituídos ao ministro, já que teriam sido devolvidos sem necessidade.

O ministro da Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca, Altemir Gregolin, pagou R\$ 512,60 em Brasília por uma refeição para uma delegação chinesa. Em uma viagem a Belém, teria usado o cartão, apesar de ter cumprido também uma agenda partidária.

### **Governo FHC**

O ex-ministro do Planejamento Martus Tavares pagou um jantar no restaurante Massimo em São Paulo, no valor de R\$ 686.

pagou um tucano de pedras no valor de R\$ 48,90. Praia Bar, no Rio de Janeiro.



Orlando Silva confundiu cartão corporativo com cartão pessoal ao pagar uma tapioca de R\$ 8,30

O ex-ministro da Reforma Agrária Raul Jungmann fez despesas em seu domicílio eleitoral, incluindo gastos com bebidas alcoólicas, duplicidade de hospedagem e despesas de caráter pessoal, como uma massagem que custou R\$ 60, no Rio de Janeiro.

O ex-ministro da Cultura Francisco Weffort gastou com alimentação mais de R\$ 47 mil entre 1999 e 2002. As despesas com transporte totalizaram R\$ 93 O ex-ministro da Comunicação Pimenta da Veiga mil. Um dos pagamentos, de R\$ 718,04, foi feito no

## O que diz o manual da CGU

Em outubro passado, a CGU publicou uma cartilha para orientar os gestores de suprimentos de fundos no governo federal, o que inclui os cartões corporativos. Em forma de perguntas e respostas, o manual atende a uma recomendação da CPI dos Cartões Corporativos e traz informações sobre o que pode ser pago com os cartões e a forma de prestar contas dos gastos.

Leia abaixo alguns trechos do manual, que pode ser encontrado em www.cgu.gov.br

#### As despesas com suprimento 2) a contratação seja eventual; e áreas militar e de inteligência; e de fundos somente podem ser realizadas nas seguintes condições:

a) atender a despesas de pequeno vulto, que não ultrapassem a R\$ 8 mil para compras e serviços e R\$ 15 mil para obras de engenharia;

b) atender a despesas eventuais, inclusive em viagens e com serviços especiais, que exijam pronto pagamento (excluídos bilhetes de passagens e diárias); ou

c) quando a despesa tem caráter sigiloso. Praticamente todos os serviços de pequeno vulto podem ser pagos com suprimento de fundos, desde que:

de gasto;

3) não haja fracionamento da b) atender às necessidades ex-

**Exemplos:** reparo, conservação, adaptação, melhoramento ou recuperação de bens móveis ou imóveis, serviços gráficos, fotográficos, confecção de carimbos, confecção de chaves.

O saque com o cartão só é possível nas seguintes situações, com as devidas justificativas:

a) atender às necessidades dos órgãos essenciais da Presidência, Vice-Presidência, Ministério da Fazenda, área de saúde indígena do Ministério da Saúde, Departamento de Polícia Federal, Relações Exteriores no exterior, por outras entidades.

com suprimento de fundos. Em geral, o dinheiro do saque deve ser usado em despesas em viagens a servico ao interior do

Brasil, onde a rede credenciada

cepcionais dos órgãos, limitado a

até 30% do gasto anual do órgão

do cartão de crédito (Visa) pode ser mais escassa. **Exemplos de uso:** manutenção

de veículos, serviços reprográficos, pedágios, transporte fluvial.

Em viagens ao exterior, as despesas com alimentação, hospedagem e transporte, inclusive para ministros, não podem ser feitas com suprimento de fundos, uma vez que esses gastos já são 1) não haja contrato para o tipo repartições do Ministério das cobertos por diárias ou custeados

# reformas

# Comissão mista deve agilizar reforma política

Criada pelos presidentes do Senado e da Câmara, a comissão terá até 40 dias para consolidar centenas de projetos que tratam do assunto no Congresso

José Sarney, e da Câmara, Michel Temer, criaram na semana passada uma comissão mista (composta por deputados e senadores) para consolidar os projetos sobre reforma política que tramitam no Congresso. O colegiado, ao final, apresentará projetos substitutivos, que passarão a ser examinados imediatamente pelas comissões de Constituição e Justiça do Senado e da Câmara. Segundo Sarney, existem no Congresso centenas de matérias que tratam do assunto.

A comissão deverá apresentar suas propostas "em 30 ou 40 dias", informou Temer. Os dois presidentes entendem que a medida vai acelerar a discussão e a votação da reforma política, pois as duas Casas irão trabalhar em cima de propostas previamente discutidas na comissão mista.

– Essa questão da reforma política já amadureceu demais.

s presidentes do Senado, Há uma consciência de que ela tem de ser feita. Com a comissão, estamos começando a cumprir o que prometemos, que é agir em conjunto pelas reformas política e tributária e para resolver o problema das medidas provisórias - afirmou Sarney.

O presidente do Senado lembrou que a mesma estratégia foi empregada durante a discussão do desarmamento no país, quando uma comissão de deputados e senadores apresentou um projeto que substituiu as dezenas de propostas sobre o tema que tramitavam no Congresso.

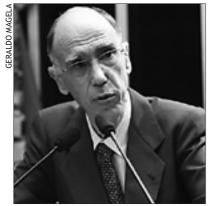
- Vamos colocar a reforma política na agenda nacional, para que a nação possa refletir e encontrar os melhores caminhos para melhorar a vida política no país. Avançamos muito na área econômica e social, mas temos de reconhecer que não conseguimos avançar na parte política – disse Sarney.

## Senadores cobram discussão das mudanças com a sociedade

O senador Adelmir Santana (DEM-DF) defendeu a necessidade de o Senado avançar na discussão da reforma política, que chamou de "mãe de todas as reformas". Ele aproveitou para registrar sua adesão ao debate sobre a matéria, antes mesmo de instalada a comissão especial mista da Câmara e do Senado que tratará do tema.

os projetos de reforma política realizado ainda as reformas" apresentados com a chancela do Poder Executivo no início deste ano. Adelmir Santana considerou os itens apresentados pelo governo "discutíveis", formados por uma série de projetos que fatiam a reforma.

- Infelizmente, mais uma vez,



Marco Maciel defende redução no número de partidos e alteração no sistema de voto em lista aberta

debate-se a reforma política sem que os próprios políticos consultem o povo – lamentou.

O senador Marco Maciel (DEM-PE) classificou a discussão a respeito do assunto como um "gênero de primeira necessidade". Muitas vezes, observou, as instituições brasileiras não respondem adequadamente às demandas da sociedade pelo fato Adelmir Santana ainda criticou de os parlamentares "não terem necessárias.

> – Seria um grande passo para que nós pudéssemos fazer as eleições de 2010 sob novos paradigmas, ou seja, com menor número de partidos políticos disse o senador.

> Para Maciel, temas como redução do número dos partidos políticos e alteração do sistema de voto em lista aberta, entre outros, devem ser amplamente debatidos pela sociedade e pelos parlamentares.

> O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) sugeriu que a reforma política seja discutida em audiência pública no Plenário, com a participação de entidades representativas da sociedade, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), representações sindicais, patronais e de trabalhadores.



José Sarney, ao lado de Michel Temer, concede entrevista sobre a comissão mista para viabilizar a reforma política

# Juristas debatem criação de nova categoria de magistrado

Os juristas da comissão que elabora o anteprojeto do novo Código de Processo Penal (CPP) começaram a analisar na semana passada a minuta apresentada pelo relator, o procurador da República Eugenio Pacelli, e sua proposta de criação da figura do juiz de garantias - aquele que participa somente da fase de investigação, não sendo o responsável pela sentença num processo penal.

A ideia é assegurar maior isenção do juiz que proferirá a sentença. De acordo com o relator, cada comarca jurídica deve ter um juiz responsável pela investigação – o juiz de garantias e outro que fará o julgamento e estabelecerá a sentença a ser aplicada ao réu.

Na opinião do professor titular da Universidade de São Paulo (USP) e integrante da comissão Antônio Magalhães Gomes Filho, essa medida poderá prejudicar pequenas comarcas, uma vez que nem todas possuem mais de um juiz.

Para ser possível a adoção do juiz de garantias mesmo nesses locais, Gomes Filho defendeu que o novo texto do CPP apenas impeça que o juiz que efetivamente atuou na fase investigativa participe de todo o processo penal.

Nas comarcas onde houver um magistrado, sugeriu o jurista, a legislação da Organização Judiciária determinará quem atuará como juiz de garantias, que, para ele, poderá ser o juiz de uma circunscrição próxima. Assim, o novo CPP não obrigaria a presença de dois juízes em todas as comarcas.

A comissão já tem agendadas quatro reuniões para março, nos dias 16, 17, 30 e 31, sempre a partir das 9h, na sala dos consultores da Biblioteca do Senado.



Hamilton Carvalhido (E), ministro do Superior Tribunal de Justiça, preside reunião do grupo de juristas

# Ajude a atualizar o Código de Processo Penal

A comissão externa destinada a reformar o Código de Processo Penal foi instalada no ano passado pelo então presidente do Senado, Garibaldi Alves, a requerimento do senador Renato Casagrande (PSB-ES).

Composta por nove juristas, o texto a consulta pública. Em sua finalidade é atualizar um código (Decreto-Lei 3.689/41) que vigora há 67 anos.

Antes da elaboração do anteprojeto do Código de Processo Penal, a comissão irá submeter seguida, a versão final, já com a incorporação de sugestões, será levada a exame dos parlamentares para que eles apresentem o projeto de lei do novo Código, a ser votado pelo Congresso.

# investigação

## Mesquita Júnior quer audiências públicas nas sessões de sexta

das sextas-feiras, destinadas a pronunciamentos dos senadores, poderão passar a ser dedicadas à realização de audiências públicas para o debate de temas de grande interesse da população brasileira. Esse é o desejo do senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), que, em discurso na última sexta-feira, chegou a sugerir dois temas para serem debatidos em breve: reforma política e combate à pedofilia.

- É chegada a hora de consultar a população brasileira, de forma organizada, por meio de sindicatos e demais entidades representativas sobre a reforma política, que não desenrola - disse o senador.

Com relação à pedofilia, Mesquita Júnior, membro da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que trata do tema no Senado, ressaltou que é preciso discutir com a sociedade e com os parlamentares formas mais

As sessões não-deliberativas eficazes para se combater esse crime.

#### **Críticas a Hillary Clinton** por cobrança ao Brasil

O senador aproveitou para criticar a secretária de Estado norte-americana, Hillary Clinton, pelo assunto escolhido para tratar com o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, na visita do chanceler aos Estados Unidos. Após registrar que Hillary "deu um carão" no Brasil ao se referir a direitos humanos, ele frisou que os EUA não têm "qualquer autoridade moral para nos criticar nessa área e cobrar providências".

Mesquita Júnior ainda anunciou que fará um convite para que o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, preste esclarecimentos ao Senado sobre a tentativa do PMDB de trocar parte da diretoria do Fundo de Pensão de Furnas, a Fundação Real Grandeza.

## Projeto de Jarbas acaba com sessões solenes em julho e dezembro

O senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) apresentou projeto de resolução do Senado que S altera o Regimento Interno para proibir a realização de comemoração ou sessão especial no Plenário nos meses de julho e dezembro.

Mesmo reconhecendo a importância das comemorações (que são realizadas na hora do expediente da ordem do dia do Plenário) e das sessões especiais, Jarbas Vasconcelos observou que "tais institutos não podem ter primazia sobre a atribuição precípua do Senado Federal, que é a atividade legislativa".

- Atividade legislativa essa para a qual os meses de julho e dezembro são estratégicos. Em julho, por conta da proximidade da interrupção da sessão legislativa. E em dezembro, por conta da proximidade de seu encerramento - disse o senador, acrescentando que os meses de exigem gastos da instituição.



Jarbas afirma que sessões especiais e comemorações não podem ter primazia sobre a atividade legislativa

julho e dezembro são "especialmente atribulados", devido ao acúmulo de projetos, propostas e medidas provisórias para serem

A restrição também trará economia aos cofres do Senado, defende o senador, pois as comemorações e sessões especiais

### Mão Santa critica alta alíquota de ICMS sobre a cana no Piauí

Mão Santa (PMDB-PI) criticou e visão de futuro" a eles. Para o a política tributária do governo do estado do Piauí no que se refere ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente sobre a cana-de-açúcar e seus derivados, especialmente sobre o álcool combustível. O senador informou que o percentual de ICMS cobrado no estado é de 25% e que o governador de São Paulo, José Serra, reduziu a alíquota do imposto para 12,5%.

Ao citar *e-mail* recebido do engenheiro Augusto Basílio, Mão Santa disse que os políticos do PT em seu estado estão "sem rumo" e que "falta competência senador, a alta tributação sobre a cana dificulta o investimento em novas usinas, o que impede a criação de milhares de empregos. A falta de investimento no setor sucroalcooleiro, ressaltou o parlamentar, traz obstáculos à redução do uso de combustíveis fósseis, prejudiciais ao meio ambiente e causadores do efeito estufa.

Mão Santa afirmou ainda que a maioria dos *e-mails* que recebe é enviada por aposentados que relatam suas dificuldades com a defasagem no valor de suas aposentadorias.

# João Pedro defende MST, mas repudia assassinatos

Ao lamentar episódio ocorrido em Pernambuco, senador avalia que movimento não deve ser punido pela "irresponsabilidade de poucos"

¶mbora condene a partide cipação de integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no assassinato de quatro seguranças de uma fazenda ocorrido em Pernambuco no dia 21 de fevereiro, João Pedro (PT-AM) avalia que "o episódio não desqualifica a luta da entidade por terra para os trabalhadores, crédito, educação e justiça social no campo".

O senador criticou o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, que considerou ilegal o repasse de recursos públicos a organizações envolvidas nesse tipo de ato. João Pedro reivindicou que esses repasses ocorram de forma criteriosa, e observou que "o MST organiza diversas cooperativas com esses recursos, fundamentais para a subsistência dos trabalhadores".

- Eu não acredito que o MST, uma entidade legal, estimule assassinatos. Não se pode punir o MST pela irresponsabilidade de uns poucos em Pernambuco.

Ao reivindicar uma política pública para os trabalhadores ru-

rais que não retire recursos de entidades como o MST, João Pedro também apelou por "um olhar social e ambiental" do Senado para a medida provisória que trata da regularização fundiária em ocupações em terras da



João Pedro pede mais critérios para repasses e diz que fato não desqualifica luta da entidade

União situadas na Amazônia Legal (MP 458/09), em tramitação na Câmara dos Deputados.

- Se não tivermos cuidado, poderemos, em vez de fazer justiça, aprofundar problemas ambientais e sociais.

## Sarney apoia declarações de Gilmar Mendes

O presidente do Senado, José Sarney, manifestou "total apoio" ao presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, por ter condenado as invasões de fazendas promovidas pelo MST.

– O ministro Gilmar Mendes está prestando um grande serviço ao Brasil: está defendendo o Estado de direito, as liberdades públicas. Está consolidando os ideais pelos quais tanto lutamos e o povo brasileiro tanto desejou, de implantar uma democracia estável, na qual se possa respeitar o direito de todos. Aquele princípio de que cada direito começa onde termina o direito dos outros – afirmou.

Para Sarney, as declarações "são oportunas", observando que, entre as atribuições do STF, está a de guardião da Constituição.

- Da mesma forma que o ministro, acho que não podemos jamais violar os direitos assegurados pela Constituição.

Em entrevista à imprensa, Gilmar afirmou que os semterra devem ter liberdade para manifestar e protestar, mas desde que respeitem os direitos das pessoas e a propriedade privada e pública. O presidente do STF cobrou do Ministério Público a fiscalização de repasses de verbas públicas aos movimentos de sem-terra. Gilmar sustentou ainda que tais repasses são ilegais.

## Plenário faz homenagem à memória de Osíris Lopes Filho

O Plenário aprovou, na última sexta-feira, voto de pesar pela morte do advogado tributarista e ex-secretário da Receita Federal Osíris Lopes Filho, falecido em Brasília no dia anterior, aos 69 anos. O requerimento, assinado pelo senador Marco Maciel (DEM-PE), foi apoiado por Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), Adelmir Santana (DEM-DF) e Mão Santa (PMDB-PI).

Para Maciel, Osíris Lopes Filho foi um profissional assertivo na defesa de suas ideias, que sempre exerceu suas funções "com talento, competência e espírito público". O senador destacou a passagem de Osíris pela Receita Federal, observando que ele "elevou a arrecadação sem jamais aumentar a carga tributária".

Adelmir disse que Osíris "enriquecia as discussões" sobre Direito Tributário. Já Geraldo Mesquita Júnior observou que Osíris "fará uma



O advogado tributarista Osíris foi secretário da Receita e escrevia artigos no Correio Braziliense

enorme falta" nos debates que se seguirão sobre questões tributárias.

Além de inserir em ata voto de profundo pesar pela morte do advogado, o Senado irá apresentar três votos de condolências: à família de Osíris; à Universidade de Brasília (UnB), da qual ele era professor; e ao jornal Correio Braziliense, no qual sempre escrevia artigos de ordem tributária.

### Maciel lamenta falecimento de Geraldo Magalhães

Marco Maciel (DEM-PE) apresentou "voto de profundo pesar" pelo falecimento do engenheiro e político pernambucano Geraldo Magalhães Melo, ocorrido na madrugada do dia 24. O Senado enviará condolências à família.

O senador destacou as realizações de Geraldo quando foi prefeito do Recife, entre 1960 e 1970, como a construção de viadutos, a implantação do centro esportivo da cidade e o início da urbanização do bairro da Boa Viagem. O engenheiro faleceu aos 82 anos, vítima de complicações decorrentes de uma cirurgia no cérebro.

- Ele integra uma das mais honradas e dignas famílias de Pernambuco. Não poderia deixar de externar meu sentimento pelo desaparecimento de tão ilustre homem público, que é também o sentimento de todo o povo do estado - disse Maciel.

# institucional



Telma Venturelli, coordenadora da pesquisa: "Queremos conhecer quem é o político, quem é o vereador eleito"

# Interlegis realiza Censo do Legislador este ano

Programa pesquisará origem, formação pessoal e trajetória política dos vereadores eleitos, para mapear e entender melhor as suas propostas

Comunidade Virtual do Poder Legislativo (Interlegis) realizará no segundo semestre deste ano, como parte do Programa Interlegis 2, o Censo do Legislador. O objetivo é, por meio de amostragem aleatória, identificar a origem social, econômica e de liderança dos vereadores, sua formação formal e política, além de historiar sua trajetória política e partidária e mapear seu desempenho legislativo.

 Nós queremos conhecer quem é o político, o vereador eleito. De onde ele vem, quais são suas propostas, aonde ele pretende chegar afirmou a coordenadora da pesquisa, Telma América Venturelli, funcionária da Subsecretaria de Planejamento e Fomento.

Paralelamente a esse censo, que primeira etapa, a ser realizada em 2009, o mesmo universo da amostra do Censo do Legislador – 2.200 câmaras municipais, que terão sua estrutura física, administrativa e funcional mapeada.

Telma explicou que as pesquisas trabalharão com duas variáveis: número de municípios e de vereadores. Com base em dados como perfil do vereador, a linguagem utilizada por ele, a realidade e as carências da câmara municipal, o Interlegis apresentará uma proposta de modernização do legislativo municipal, por meio de uma política de negociação e de adesão voluntária da casa legislativa, destacou a pesquisadora.

### Dados serão colocados à disposição de todos

A segunda etapa será realizada em 2010 ou 2011. A escolha da data dependerá da consistência dos dados coletados na primeira fase. Se consistentes, as pesquisas de campo do 2º Censo do Legislaserá feito pela primeira vez, terá tivo serão estendidas às restantes início o 2º Censo do Legislativo 3.362 câmaras somente em 2011, Brasileiro, que aproveitará, na ano em que o Censo do Legislador abrangerá o Congresso Nacional e as assembleias legislativas, com a inclusão de dados sobre deputados estaduais e federais e senadores.

Um ano depois de coletados, os dados estarão disponíveis a todos os interessados, entre os quais se encontram os próprios legisladores, gestores, juristas, órgãos de planejamento municipais e estaduais e também o setor não-governamental e privado e a sociedade civil organizada. Telma Venturelli enfatizou que esse é um projeto de longo prazo e tem a duração prevista de 20 anos.

Nesse segundo censo, a coordenadora conta com uma equipe de 30 recenseadores e a colaboração mais intensa das câmaras municipais. Porém, a idéia é que os próprios legisladores absorvam as propostas como suas e assumam a gerência do conhecimento, formando uma cadeia de multiplicadores "e, por que não dizer, de solidariedade", sugeriu.

O 1º censo mostrou a existência de grandes deficiências nas áreas administrativa e de elaboração e controle orçamentário.

- A representação política é muito afetada pela dificuldade de comunicação do legislador com a sociedade em geral e na própria apresentação de projetos - revelou Telma Venturelli.

# Dezoito cursos a distância inscrevem até 15 de março

Iniciado em 13 de fevereiro, o prazo para a pré-matrícula nos cursos a distância do Interlegis vai até 15 de março. Dos 18 cursos que integram a grade curricular, dois estão sendo oferecidos pela primeira vez: Poder e Processo Legislativo e Tutoria no Ensino a Distância.

Os demais cursos oferecidos são: Busca da Qualidade; Licitações e Contratos; Fundamentos do Ensino a Distância; Instituições de Controle Orçamentário; Introdução à Lei de Responsabilidade Fiscal; Introdução ao Orçamento Público; Lei de Responsabilidade Fiscal Avançado; LRF – O Planejamento da Receita e da Despesa; Orçamento Público; Práticas de Orçamento Público; Técnicas de Oratória; Processo Legislativo Municipal; Noções Básicas de Administração; Pregão Eletrônico; Direitos e Deveres do Servidor Público; e Processo Administrativo Disciplinar.

Os cursos, com início em 20 de março, terão duas turmas de 250 alunos cada e duração de três meses. A exceção é o curso Poder e Processo Legislativo, com duas turmas de cem alunos cada. A justificativa, conforme o coordenador do Sistema de Saberes de Capacitação do Interlegis, Maurício Silva, é que esse curso terá exercícios com questões subjetivas.



Segundo Maurício Silva, procura pelos cursos é maior entre funcionários das câmaras municipais

– A grande vantagem é que os cursos são gratuitos e todo o material é gratuito, enquanto o [curso] presencial exige muito gasto – afirmou.

#### No primeiro dia, 4.463 pedidos de matrícula

No dia seguinte à abertura do prazo para a pré-matrícula, já havia 4.463 inscritos, entre servidores dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Em 2008, foram atendidos 18.724 alunos. Desse total, 11 mil só no segundo semestre.

- Em 2009, pretendemos dar prioridade aos servidores do Legislativo – informou o coordenador.

Maurício Silva disse ainda que a procura é maior nas câmaras municipais, e são sobretudo os funcionários que buscam a capacitação. Já as assembleias legislativas estão mais bem aparelhadas e costumam montar seus próprios cursos, com duas exceções: a do Ceará e a de Minas Gerais, que realizam um trabalho conjunto com o Interlegis.

Na avaliação do coordenador, a qualidade do curso depende, principalmente, do aluno, pois ele tem à disposição o conteúdo, sugestões de leitura complementar e a oportunidade de participar de fóruns de discussão com colegas e acompanhamento pelo tutor.

> Nesse processo, há ainda a participação do especialista. Cada curso tem o seu tutor, que é voluntário e pertence ao Interlegis, podendo ser um diretor, chefe de gabinete ou secretária, entre outros cargos. Já o especialista é alguém com conhecimento sobre o conteúdo do curso e que pode ser consultado pelo tutor para responder a perguntas e tirar dúvidas, participando do fórum. O especialista também corrigirá as questões subjetivas do curso Poder e Processo Legislativo.

# Plenário debaterá previsões da OIT sobre desemprego no mundo

A taxa de desemprego global poderá aumentar 6,1% em 2009 com relação a 2008, resultando num total de 198 milhões de pessoas desempregadas - 8 milhões a mais do que no ano passado -, conforme relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), baseado em dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) e nas tendências atuais do mercado de trabalho. O assunto deverá ser debatido pelos senadores em sessão especial no dia 30 de abril para comemorar os 90 anos de criação da OIT, por iniciativa do senador

Aloizio Mercadante (PT-SP).

Intitulado Tendências mundiais do emprego, o documento divulgado no final de janeiro aponta que esse é o mais otimista dos três cenários traçados para o aumento do desemprego em decorrência da crise financeira internacional. O segundo aponta aumento de 6,5% no índice de desemprego (que atingiria 210 milhões de pessoas) e o terceiro, de 7,1% (230 milhões).

Segundo a OIT, o desemprego aumentará principalmente nas economias mais desenvolvidas. Os pacotes econômicos

anunciados por vários países deverão, no entanto, ter efeito positivo na economia e no emprego.

Uma das funções mais importantes da OIT é a criação de normas internacionais de trabalho sob a forma de convenções ou recomendações a serem adotadas pelos países-membros. Fundada em 1919 para promover a justiça social, a OIT tem sede em Genebra (Suíça) e escritórios nos países-membros. É a única entidade do sistema das Nações Unidas com estrutura tripartite e igualitária de empregadores, empregados e governo.

No Brasil, a OIT existe desde 1950, época em que começou a desenvolver programas e atividades na área trabalhista, visando ao aperfeiçoamento das normas e relações do trabalho, estabelecimento de políticas e programas de emprego, formação profissional e proteção social. Um dos projetos da OIT no Brasil, intitulado Trabalho Decente, oferece cooperação técnica aos programas sociais do governo, incluindo o Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, o Fome Zero, entre outros.

# institucional

# Servidores terão ajuda para largar o cigarro

Começa nesta sexta-feira a primeira das cinco sessões do Grupo de Controle do Tabagismo. Integrantes serão acompanhados por três meses

s inscrições de pessoas que desejam parar de fumar no programa Grupo de Controle do Tabagismo, da Secretaria de Assistência Médica e Social do Senado (Sams), superaram as expectativas: um dia após a abertura do prazo para adesões, já havia número suficiente para a formação de dois grupos de 15 pessoas cada.

O trabalho será realizado com um grupo de cada vez. Seus integrantes participarão de cinco sessões às sextas-feiras, com início no dia 6 de março, das 9h às 11h30. As pessoas serão acompanhadas por três meses, período durante o qual deverão fazer uso de medicamento.

A pneumologista e coordenadora do programa, Elizabeth Rosa e Silva, informou que a iniciativa, inédita no Senado, é uma parceria com a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e segue as orientações de cartilha elaborada pelo Ministério da Saúde e pelo Instituto Nacional do Câncer (Inca), órgão voltado a ações nacionais integradas para o controle e a prevenção da doença.

Segundo a médica, a importância do conhecimento sobre os mecanismos do vício pode evitar a recaída.

"Gordo eu não quero ficar, prefiro fumar" é a desculpa mais comum dos ex-fumantes para voltar ao vício, lembra a pneumologista. O uso da nicotina, ensinou, acelera o metabolismo e sua interrupção o reduz, e isso faz a pessoa engordar.

Nossa receita é: faça atividade física. Troque a nicotina pelos exercícios. E não troque o cigarro por uma bala, chocolate ou biscoito – outro subterfúgio comumente utilizado, explicou Elizabeth Rosa e Silva.

# Palestra com abordagem histórica abre programa de controle do tabagismo

O programa oferecido aos servidores que pretendem parar de fumar será iniciado com uma palestra do pneumologista Celso Antonio Rodrigues da Silva.

Em entrevista à Agência Senado, Celso Rodrigues informou que a palestra "O que todos precisam saber sobre tabagismo" conterá um histórico de quando a Humanidade deu início ao uso do cigarro e quando este foi introduzido no Brasil; a dependência química que o tabaco provoca, tornando difícil para o fumante abandonar o hábito

sozinho; e os principais males que o vício provoca.

O pneumologista manifestou preocupação com o fato de as indústrias fumageiras estarem focando suas ações em crianças e adolescentes, fazendo até mesmo a difusão do vício em meios de comunicação. Ele destacou ainda que outro meio muito utilizado para introduzir o jovem no universo do tabaco é o "narguilé", que contém tabaco misturado a bebida alcoólica.

 Cada puxada equivale a dez cigarros - disse o médico.

# presidência

### Alvaro Uribe destaca crescimento das relações bilaterais

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu a visita do presidente da Colômbia, Alvaro Uribe, que esteve no país para discutir os impactos da crise econômica internacional. Sarney frisou o crescimento das relações entre os dois países, ressaltando que a balança comercial alcança hoje um nível que não se registrava há alguns anos. Uribe também comentou sobre esse crescimento.

– Nos próximos dez anos o Brasil poderá vir a ser o primeiro investidor na Colômbia, ultrapassando Estados Unidos, Espanha e Inglaterra – disse.

Uribe mencionou seu "esforço para a construção de um ambiente de confiança e com valores democráticos para estimular o investimento com valores sociais" em seu país.



Presidente da Colômbia assina o livro de visitas do Senado, ao lado de Sarney, Azeredo, Adelmir e ACM Júnior

### Sarney recebe vice-presidente chinês

José Sarney recebeu a visita do vice-presidente da China, Xi Jinping. O estreitamento dos vínculos de amizade e comércio entre os dois países foi o tema recorrente na conversa entre ambos.

 Vejo com prazer a visita porque sempre disse que as relações entre Brasil e China deveriam ser privilegiadas – afirmou Sarney.

O senador mencionou o

José Sarney respondeu a artigo da

revista inglesa *The Economist,* do

de Sarney para a Presidência do

no site do periódico, o senador

lembra seu papel como primeiro

presidente após a ditadura militar.

Senado como "uma vitória para o

semifeudalismo". Em carta publicada

último dia 5, que apontou a eleição

**RESPOSTA** 

fato de ter sido o primeiro presidente do Brasil a visitar aquele país, em 1988, de quem se considera "amigo e admirador" da cultura, da história e de seu povo.

Xi Jinping afirmou que Brasil e China devem continuar a promover as relações bilaterais de um modo "construtivo", para que a parceria se enriqueça e avance em todas as áreas.

### **ESTADOS UNIDOS**

O embaixador dos Estados Unidos, Clifford Sobel, cumprimentou José Sarney pela posse na Presidência do Senado. Ele também conversou sobre a visita que o presidente Lula fará a Barack Obama neste mês e disse que as relações Brasil-Estados Unidos têm tudo para continuar crescendo.

# Embaixador da China despede-se do Brasil

O embaixador da China, Chen Duqing, esteve no Senado para despedir-se em razão de estar voltando para Pequim. Ele falou da dedicação de sua vida ao estreitamento das relações sino-brasileiras e da importância de José Sarney nesse relacionamento.

 O programa de satélites lançados por Brasil e China começou no governo dele.

### TCU

O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Ubiratan Aguiar, e o senador José Sarney conversaram sobre a intensificação da fiscalização que aquela corte exerce sobre os gastos públicos. Sarney destacou a importância que ele vê no TCU para completar a atividade do Congresso.

# Vereadores não querem redução nos repasses para câmaras

Vereadores de 12 capitais brasileiras foram recebidos por José Sarney, a quem pediram que o Congresso não reduza os repasses orçamentários recebidos pelas câmaras municipais. Eles querem participar mais dos debates em torno da PEC 47/08, que fixa o percentual do orçamento municipal que pode ser gasto pelas câmaras municipais.

# Patrus Ananias defende solução rápida para filantrópicas

O ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, defendeu, em visita a José Sarney, a aprovação urgente de uma proposta que altere as regras para a certificação de entidades filantrópicas. O ministro afirmou que o importante, no momento, é aprovar um projeto que transfira a concessão de certificação dessas instituições aos respectivos ministérios.

### Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1° Vice-Presidente: Marconi Perillo

2ª Vice-Presidente: Serys Slhessarenko 1º Secretário: Heráclito Fortes

1° Secretário: Heráclito Fortes
2° Secretário: João Vicente Claudino

3° Secretário: Mão Santa

**4ª Secretária:** Patrícia Saboya **Suplentes de Secretário:** César Borges Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Elga Mara Teixeira Lopes

**Direção de Jornalismo:** Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro **Chefia de reportagem:** Denise Costa e Moisés Oliveira **Edição:** Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## **JORNAL DO SENADO**





Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Davi Emerich **Editor-chefe:** Flávio Faria

**Edição:** Djalba Lima, Eduardo Leão, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Mikhail Lopes, Suely Bastos e Valter Gonçalves Jr.

Reportagem: Cíntia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Bruno Bazílio, Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Morais Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino

Arte: Cirilo Quartim e Oscar Arquivo fotográfico: Elida Costa Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves

Character and a substituted Familia and Quantum describe

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br Tel.: 61 3311-3333 e 0800 61 2211 - Fax: 61 3311-3137 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20° andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

# programação

# Por que a Justiça brasileira não anda

Programa investiga a morosidade do Judiciário e se mutirão de juízes poderá julgar 50 milhões de processos

2º Encontro Nacional do Judiciário reuniu em Belo Horizonte centenas de juízes, desembargadores e ministros de tribunais superiores. A principal decisão do evento foi um acordo para julgar ainda este ano todos os processos judiciais distribuídos até 31 de dezembro de 2005, algo em torno de 40 a 50 milhões de processos.

No Brasil tramitam na Justiça nada menos que 67 milhões de processos, ou seja, quase um para cada três habitantes.

Como se chegou a essa situação? Quais as causas da morosidade do Judiciário? Será possível atingir a meta traçada pelo encontro de juízes?

Esse é o tema do quadro Entrevista Especial do Conexão Senado, que vai ouvir a opinião de especialistas e de senadores.

Conexão Senado - Senado FM e OC 2/3, segunda-feira, às 8h Internet: segunda-feira, 2/3



Processo relativo à reserva Raposa Serra do Sol: ministro do STF Carlos Alberto Direito (D) dá seu voto

# O que é preciso para receber um título da reforma agrária

O processo de assentamento e de reforma agrária é o tema do Fique por Dentro da Lei desta segunda-feira, em que a Rádio Senado reapresenta entrevista feita pelo repórter Alexandre Campos com o superintendente do Incra em Tocantins, José Roberto Forzani. Ele respondeu a carta de um ouvinte, que mora no assentamento Barra Mansa, no município de Recursolândia (TO)

O superintendente esclarece no programa o que é necessário para se candidatar a receber um título de reforma agrária, e quais os direitos e deveres dos assentados.

Fique por Dentro da Lei

Senado FM e OC 2/3, segunda-feira, às 10h Internet: segunda-feira, 2/3

### **Ginecologista alerta mulheres sobre Aids**

Na última década, o índice de infecção pelo HIV triplicou entre mulheres com mais de 50 anos: 72% delas não usam preservativo nas relações com parceiros casuais, revela pesquisa de comportamento feita pelo Ministério da Saúde.

Diante disso, o ministério e a Secretaria Especial de Política para as Mulheres lançaram neste Carnaval campanha de prevenção à Aids -"Sexo não tem idade para acabar. Proteção também não".

A ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Política para as Mulheres, ressalta que é importante acabar com o estereótipo de que as mulheres com mais de 50 anos não têm vida sexual ativa.

Sobre o assunto, na semana em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, o programa Pergunte ao Doutor conversa com o ginecologista Luciano Góes, especialista em envelhecimento.

Pergunte ao Doutor – Senado FM 4/3, quarta-feira, às 7h30 Internet: quarta-feira, 4/3

### Professor fala de jornalistas intelectuais

Que espaço no jornalismo impresso brasileiro ocupam figuras como Alberto Dines, Zuenir Ventura, Ruy Castro e Fernando Morais?

Quem responde à questão é um dos mais jovens doutores em Comunicação Social do Brasil, Fábio Henrique Pereira. No ano passado, ele defendeu a tese "Jornalistas intelectuais no Brasil: identidade, práticas e transformações".

Fábio é professor de texto jornalís-

tico e metodologia científica do curso de Comunicação do Instituto de Educação Superior de Brasília (Iesb). Ele também é assessor de imprensa do Portal de Periódicos Científicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

**Estação da Mídia** – Senado FM 3/3, terça-feira, às 7h30 Internet: terça-feira, 3/3



### 1h - Cidadania Debate

2h - Leituras

2h30 - Diplomacia

**3h30** - Cidadania Entrevista

**4h** - Alô Senado 4h15 - Ecosenado

4h30 - De coração 5h - Conversa de Músico

6h - Cidadania Debate

**7h** - Alô Senado (reprise)

**7h15** - Ecosenado (reprise) 7h30 - Cidadania Entrevista

**8h** - De coração (reprise)

8h30 - TV Brasil Internacional

Hecho a Mano 9h30 - Leituras

10h - Quem Tem Medo da

Música Clássica?

11h - Parlamento Brasil 11h30 - Diplomacia

12h30 - Cidadania Entrevista 13h - Alô Senado

13h15 - Ecosenado (reprise)

13h30 - Cidadania Debate

14h30 - Conversa de Músico 15h30 - Mesa Brasileira

16h30 - Especial - Cartas ao

País dos sonhos

17h40 - Cidadania Entrevista 18h - Quem Tem Medo da

Música Clássica? (reprise) 19h - Cidadania Debate

19h45 - Alô Senado

20h - Leituras

**20h30** - Ecosenado (reprise)

21h - Parlamento Brasil

21h30 - Especial (reprise) 22h40 - Diplomacia

23h30 - De coração (reprise) 24h - Espaço Cultural

### DOMINGO

1h - Cidadania Debate

2h - Alô Senado

2h15 - Ecosenado (reprise) 2h30 - Diplomacia -

3h30 - Cidadania Entrevista -4h - Leituras

4h30 - De coração (reprise)

**5h** - Conversa de Músico **6h** - Cidadania Debate

**7h** - TV Brasil Internacional

(reprise)

7h30 - Cidadania Entrevista

8h - Leituras

**8h30** - De coração (reprise) 9h - Diplomacia

10h - Quem Tem Medo da

Música Clássica? (reprise)

**11h** - Alô Senado 11h15 - Ecosenado (reprise)

11h30 - Especial

13h - Parlamento Brasil

14h30 - Espaço Cultural

prise)

18h - Quem Tem Medo da

Música Clássica? (reprise)

22h - Especial (reprise)

24h10 - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)

12h30 - Cidadania Entrevista

13h30 - Cidadania Debate

(reprise) 16h - Mesa Brasileira (re-

17h - Diplomacia

19h - Cidadania Debate **19h45** - Conversa de Músico

20h30 - Leituras 21h - Mesa Brasileira (reprise)

23h10 - Parlamento Brasil 23h40 - De coração (reprise)

6h - Matinas

**7h** - Música e informação

**SÁBADO** 

9h - Prosa e Verso

9h30 - Música e informação

**10h -** Reportagem Especial

10h30 - Música e informação

12h - Senado Resumo

12h30 - Música e informação **14h -** Cine Musical

14h15 - Música e informação

**15h** - Autores e Livros

15h20 - Música e informação

**18h -** Improviso Jazz

19h - Música e informação 20h - Escala Brasileira

21h - Música e informação

22h - Cine Musical

22h15 - Música e informação

### **DOMINGO**

**6h** - Matinas

**7h -** Música e informação

8h - Brasil Regional **9h** - Autores e Livros (reprise)

9h20 - Música e informação

**10h -** Cine Musical 10h15 - Música e informação

**16h -** Prosa e Verso (reprise)

16h30 - Música e Informação 17h - Reportagem Especial

**17h30 -** Música e informação

20h - Jazz & Tal

21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam ser transmitidas também seleções musicais.

### **Como sintonizar**

### TV A CABO:

e Tecsat (17)

NET, Mais TV e Video Cabo TV POR ASSINATURA: Sky (canal 118), Directv (217)

**UHF**: João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife (55) e Manaus (57).

### ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite: B1 Transponder: 11 A2 Polarização: horizontal Freqüência: 4.130 MHz

### Sistema digital:

Antena: 3,6 m

Satélite: B1 Transponder: 1 Banda Esten-

Polarização: vertical Freqüência: 3.644,4 MHz Freqüência (Banda - L): 1.505.75 MHz

### PID - Vídeo: 1110

Áudio: 1211 PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate: 3,2143Ms/s FEC: 3/4

### Como sintonizar

Brasília (DF) e regiões vizinhas - 91,7 MHz

#### Natal (RN) - 106,9 MHz (caráter experimental)

**ONDAS CURTAS** 

Freqüência de 5990 kHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

### **INTERNET**

No endereço www.senado. gov.br/radio, por meio dos programas Real Player ou

#### Windows Media Player ANTENA PARABÓLICA

Satélite Brasilsat B1; receptor na frenqüência de 4.130 MHz; polarização horizontal; transponder: 11 A2

### Capitalismo e recessão

"O capitalismo já era e o governo não vai resolver o problema da recessão investindo nos grandes capitalistas, como bancos e empresas automatizadas que não geram empregos. Deve-se investir na agricultura, nas microempresas e especialmente no povo, devolvendo o salário dos aposentados, que, de forma totalmente injusta, foi achatado, impedindo dessa forma que uma grande parte da população brasileira possa consumir. Portanto, vejo que é bastante sensato investir no povo, pois os aposentados não mandam dinheiro para fora e o retorno seria imediato para o nosso país, gerando, assim, empregos, renda e devolvendo para o governo de forma imediata mais de 40% em impostos."

Walnete dos Santos, de Joinvile (SC)

#### **Aposentados**

"A minha maior preocupação não é a atitude do governo Lula e dos políticos da base de sustentação que estão obstruindo o reajuste real para todos os aposentados e pensionistas, mas sim o silêncio e a passividade de toda a comunidade brasileira de aposentados e pensionistas, que estão indo em fileira como carneiros para o matadouro."

Mario Antonio de Almeida, de Araçatuba (SP)

#### Concurso público

"Sugiro que os concursos públicos, sobretudo os da esfera municipal e especificamente da região Nordeste, sejam submetidos a critérios mais rigorosos de fiscalização."

Rogério Paiva Castro, de Juazeiro do Norte (CE)

### **Juros altos**

"A crise está afetando nosso país com a cobrança de juros altos nas prestações atrasadas. Os brasileiros não estão conseguindo pagar suas contas e por isso estão correndo atrás de empréstimos para quitar as dívidas. Gostaria de pedir ao presidente, senadores e

deputados federais que aprovem o adiantamento do pagamento do PIS. Dessa forma, poderíamos ajudar muitas pessoas que estão com suas contas atrasadas a não pagarem os juros desta crise."

Ivan Alves Marinho, de Marília (SP)

#### Crise na saúde pública

"Não é de hoje que a saúde pública anda mal. Há um descaso generalizado e apenas alguns hospitais são referência, como o das Clínicas em São Paulo, que não consegue atender à demanda. São hipertensos que morrem em filas e jogadores que morrem por falta de aparelho em campo; são postos sem médicos; são hospitais sem leitos. Repete-se mais esse drama eterno, sem solução e sem melhoria. Ninguém deve esquecer a intervenção do governo federal no estado do Rio de Janeiro há pouco tempo, mas que não trouxe melhoria nem resultado positivo algum. Serviu apenas como propaganda oficial e escancarou em rede nacional o que todo brasileiro já conhece no dia-a-dia em qualquer unidade pública de saúde. Existem ainda as denúncias constantes de desvio de verba, e aí talvez esteja o xis da tragédia. Nenhuma apuração séria que chegue à punição de algum criminoso que aumenta seu patrimônio em detrimento de vidas de pessoas humildes. As licitações superfaturadas são a maneira mais comum de corrupção. Outro problema é a compra em excesso de alguns remédios. Não são raras as notícias do descarte, sem utilização, por vencimento de prazo, e da falta de outros medicamentos. Sobram sugestões de todo tipo de como melhorar a saúde pública. A informatização deve ser imediata, para que consultas sejam marcadas pela internet e resultados sejam retirados pela rede. Ao menos as longas horas em filas intermináveis seriam evitadas. Acho fundamental uma avaliação de qualidade para desburocratizar e racionalizar o atendimento, além de investimentos maciços em prevenção." Pedro Cardoso da Costa,

de São Paulo (SP)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, Senado Federal, edifício Anexo I, 20° andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).



O momento exige medidas efetivas, menos discurso, menos palanque e mais realismo. O mundo está perplexo, contendo despesas e elegendo prioridades. Aqui o governo Lula não pode ser impulsionado pelas eleições de 2010, não pode deixar de governar porque tem que plantar um candidato que lhe interessa para a sua sucessão

> Marisa Serrano, cobrando do governo mais empenho no enfrentamento da crise.

É humilhante dar tantas explicações. A opinião pública percebe a verba indenizatória como um expediente

Arthur Virgílio, que abriu mão da verba indenizatória de R\$ 15 mil.



O que vimos nada mais foi do que um palanque para a promoção pessoal de uma servidora pública, que, não por acaso, é a provável candidata à sucessão presidencial pelo PT

Flexa Ribeiro, para quem o governo usou o encontro de prefeitos em Brasília para favorecer a précandidatura de Dilma Rousseff à Presidência.

Em matéria de disputa eleitoral, não estamos no início de 2009, mas no início de 2010

> Paulo Paim, defendendo a antecipação de debates entre os candidatos às eleições presidenciais de 2010.

Não sei se essa é a melhor fórmula [incorporar ao salário], mas temos que encontrar um meio de acabar com a verba indenizatória, que tem criado tantas discussões e problemas

José Sarney, ao opinar sobre a proposta de incorporar os R\$ 15 mil da verba indenizatória aos salários dos parlamentares.

A situação é grave, pois não há como impedir que sites de pedofilia funcionem em países onde esse crime não é tratado com a gravidade devida. Em face disso, devemos estar sempre alerta em nossas casas, onde crianças e jovens utilizam o computador

> **Flávio Arns**, ao conclamar governo e sociedade a um esforço para erradicar a prática da pedofilia no país.

As questões ambientais não se restringem apenas à permanente luta pela preservação da exuberante Floresta Amazônica, mas, de forma abrangente, a uma imensa diversidade de situações e de interação com os seres humanos

> Sérgio Zambiasi, preocupado com o avançado processo de desertificação no sudoeste do Rio Grande do Sul.



# pergunte ao senador

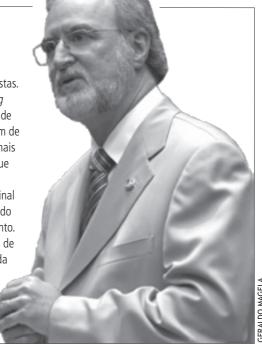
# Airbag tem eficiência comprovada na prevenção de acidentes

"Tomei conhecimento da aprovação do projeto que obriga as fábricas a instalarem airbags em veículos novos. Diante disso, pergunto: não seria possível aprovar uma lei que obrigue as fábricas a instalarem nas motocicletas antenas anticerol, para evitar os graves acidentes que ocorrem com o uso de cerol nas linhas usadas em pipas?"

Juvêncio Leite, de Pirapozinho (SP) Eduardo Azeredo (PSDB-MG) responde:

A Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados, prezado Venâncio, aprovou a obrigatoriedade de instalação de antenas nas motocicletas para a proteção dos condutores contra fios com cerol de pipas. Trata-se do projeto (PLC 6.378/05) do deputado Nilson Mourão (PT-AC). A proposta ainda deverá ser aprovada no Plenário da Câmara para depois ser discutida no Senado. Concordo com a sua preocupação e a proposta em discussão. A inclusão do equipamento não deverá aumentar muito o preço das motos. Sabemos que hoje muitos condutores de motos instalam essas antenas por conta própria na parte dianteira das motos, perto do painel de instrumentos, para evitar os riscos de acidentes com o cerol. De acordo com o autor do projeto, a antena tem protegido muitos condutores, porque

rompe a linha antes de ela ter contato com os motociclistas. Quanto ao projeto de minha autoria que obriga o airbag duplo nos carros fabricados no país, trata-se de medida de grande importância. Na verdade, o airbag duplo já é item de fábrica para os carros que o Brasil exporta para países mais desenvolvidos. A proposta vem em defesa da vida, porque está comprovada a eficiência do airbag em acidentes. A inclusão do airbag não vai onerar em demasia o preço final do veículo porque, com a generalização do uso, o custo do novo item seguirá uma tendência natural de barateamento. Acredito que esta foi uma vitória do consumidor. Depois de sancionada pelo presidente Lula a lei será regulamentada pelo Conselho Brasileiro de Trânsito. A lei passa a valer um ano após essa regulamentação, no caso dos novos projetos. Para os modelos antigos, passa a vigorar após quatro anos.



# Novas leis em defesa da mulher

O *Especial Cidadania* traz, na semana em que é comemorado o Dia Internacional da Mulher – 8 de março –, as leis dos últimos cinco anos que representaram ganhos para a população feminina do país. Entre os destaques, estão a Lei Maria da Penha, que torna mais rigorosas as punições para agressões contra a mulher no ambiente doméstico, e a que permite ampliar de quatro para seis meses a licença-maternidade.

# Acompanhante durante o parto

Realidade no sistema privado de saúde do país, só a partir da Lei 11.108/05 o direito a acompanhante na hora do parto foi garantido às brasileiras que utilizam o Sistema Único de Saúde (SUS). A legislação estabelece que os serviços de saúde do SUS, da rede própria ou conveniada, ficam obrigados a permitir a presença de um acompanhante junto à parturiente – indicado pela mesma – durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato. A lei entrou em vigor em 7 de abril de 2005.

# Nova arma contra violência doméstica

A Lei 11.340/06, também conhecida como Lei Maria da Penha, cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Os agressores passaram a ser presos em flagrante ou a ter prisão preventiva decretada e não podem mais ser punidos com penas pecuniárias, como o pagamento de cestas básicas, de acordo com as alterações feitas no Código Penal, Código de Processo Penal e Lei de Execução Penal.

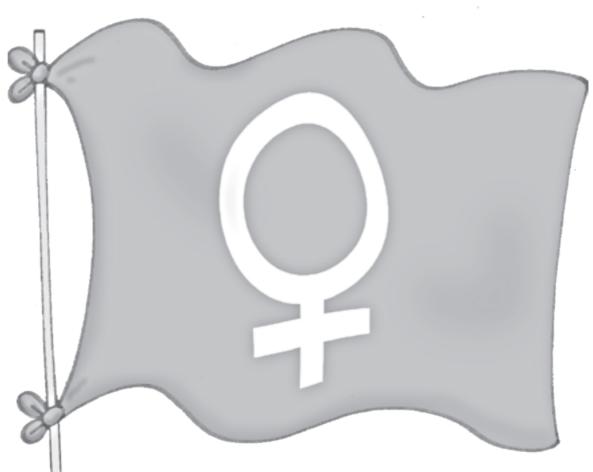
Outras inovações trazidas pela legislação – em vigor desde 22 de setembro de 2006 – são o aumento do tempo máximo de detenção de um para três anos e a previsão de medidas como a saída do agressor do domicílio e a proibição de sua aproximação da mulher agredida e filhos.

A criação dos juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher também está prevista na lei, batizada em homenagem à farmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes. Agredida durante seis anos pelo marido, que tentou matá-la duas vezes, ficou paraplégica. O caso chegou à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), que acatou, pela primeira vez, uma denúncia de crime de violência doméstica. O agressor foi condenado a oito anos de prisão, mas ficou somente dois anos em regime fechado.

Em junho de 2007, a Lei 11.489 instituiu 6 de dezembro como o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres. Em 1989, nessa data, ocorreu no Canadá o que ficou conhecido como o Massacre de Mulheres de Montreal, quando um estudante entrou armado numa escola politécnica e, gritando que queria acertar apenas "as feministas", matou 14 alunas.

### Local do parto predefinido

Desde dezembro de 2007, segundo determina a Lei 11.634, o pré-natal e o parto devem ocorrer no mesmo estabelecimento hospitalar do Sistema Único de Saúde (SUS). A vinculação à mesma unidade de saúde será feita quando a gestante se inscrever no programa de assistência pré-natal do SUS. A lei estabelece ainda que a maternidade deve estar apta a prestar assistência necessária conforme a situação de risco gestacional e no pós-parto. Caso seja comprovada falta de aptidão técnica e pessoal da maternidade, o SUS deve analisar os requerimentos de transferência da gestante, além de cuidar de sua transferência segura.



### Mais 60 dias para cuidar do bebê

Desde setembro de 2008, a administração pública federal está autorizada a instituir a licençamaternidade de 180 dias para suas servidoras, de acordo com a Lei 11.770. Para as trabalhadoras de empresas privadas, a partir de 2010 já será possível prorrogar o benefício de quatro para seis meses. A prorrogação da licença-maternidade – facultativa para o empregador – deve ser requerida pela empregada até o final do primeiro mês após o parto e possibilita que a empresa deduza do imposto devido o total da remuneração paga nos 60 dias, mas é responsável pelo recolhimento da contribuição previdenciária referente aos dois meses.

A lei prevê que a prorrogação será garantida, na mesma proporção, à empregada que adotar criança ou obtiver a guarda judicial. Nos dois meses a mais de licença-maternidade, assim como já ocorre no período habitual do benefício, a trabalhadora fica proibida de exercer qualquer atividade remunerada e a criança não poderá ser mantida em creche ou organização similar.



# Prevenção contra o câncer de mama e de colo do útero

A Lei 11.664/08 garante exame anual de mamografia às mulheres com mais de 40 anos e, às que tenham iniciado a vida sexual, exame citopatológico (Papanicolau). A determinação, que pretende assegurar prevenção, detecção e tratamento do câncer pelo SUS, estará em vigor a partir de 30 de abril deste ano – 12 meses após a publicação da lei.

Atualmente, os exames são feitos de graça somente quando as mulheres apresentam sintomas da doença. Uma portaria do Ministério da Saúde prevê mamografias para mulheres acima de 50 anos a cada dois anos

A nova legislação estabelece que, no caso de atendimento ou exames mais complexos, a paciente será encaminhada a unidade diferente da que originalmente prestou o atendimento.

Outra garantia da lei é a assistência integral à saúde da mulher, incluindo amplo trabalho informativo e educativo sobre prevenção, detecção, tratamento e controle ou tratamento do câncer de mama e de colo do útero.

# Pensão alimentícia durante gestação

Publicada em novembro de 2008, a Lei 11.804 garante que as despesas da mulher grávida devem ser partilhadas e, para isso, o pai pague parte dos custos desde a concepção até o parto. Pela lei, a pensão compreende os valores suficientes para cobrir as despesas adicionais da gravidez, inclusive as referentes a alimentação especial, assistência médica e psicológica, exames complementares, internações, parto, medicamentos e demais prescrições preventivas e terapêuticas indispensáveis, a critério médico e judicial. A nova legislação determina que, convencido da existência de indícios de paternidade, o juiz irá fixar os chamados "alimentos gravídicos" – nome dado à pensão alimentícia solicitada pela gestante a serem prestados pelo futuro pai.

### Saiba mais

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

Via N1 Leste, s/n, Pavilhão das Metas, Praça dos Três Poderes Brasília (DF) — CEP 70150-900 (61) 3411-4330 web@spmulheres.gov.br

